



Demonstrações Financeiras 2020

PLANOS PREVIDENCIÁRIOS



SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO	5
BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO	6
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA	7
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA	8
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO TRANSITÓRIO	9
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO TRANSITÓRIO	10
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO TRANSITÓRIO	11
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO MISTO	12
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO MISTO	13
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO MISTO	14
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE PECÚLIO	15
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE PECÚLIO	16
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO DE PECÚLIO	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
1. CONTEXTO OPERACIONAL	18
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	20
3.1. REGISTRO DO RESULTADO DAS OPERAÇÕES	21
3.2. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD	21
3.3. PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO E RESPECTIVOS ENCARGOS	21
3.4. ATIVOS CONTINGENTES	21
3.5. SEGREGAÇÃO ENTRE PLANOS	21
3.6. EMPRÉSTIMOS	22
3.7. IMOBILIZADO (PERMANENTE)	22
3.8. INTANGÍVEL (PERMANENTE)	23
3.9. OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS	23
3.10. IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	24
3.11. PIS/COFINS	24
3.12. INVESTIMENTOS	24
4. DISPONÍVEL	25
5. REALIZÁVEL	25
5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	25
5.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA	27
6. INVESTIMENTOS	28
6.1. TÍTULOS PÚBLICOS	29
6.2. CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	32
6.3. AÇÕES	33

6.4.	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	33
6.5.	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	35
6.6.	EMPRÉSTIMOS	37
7.	PERMANENTE	37
7.1.	IMOBILIZADO	37
7.2.	INTANGÍVEL	38
8.	GESTÃO ASSISTENCIAL	38
9.	EXIGÍVEL OPERACIONAL	39
9.1.	GESTÃO PREVIDENCIAL	39
9.2.	GESTÃO ADMINISTRATIVA	39
9.3.	INVESTIMENTOS	41
10.	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	41
10.1.	GESTÃO PREVIDENCIAL	41
10.2.	GESTÃO ADMINISTRATIVA	43
11.	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	43
11.1.	PROVISÕES MATEMÁTICAS	43
11.2.	EQUILÍBRIO TÉCNICO	45
12.	FUNDOS	47
12.1.	FUNDOS PREVIDENCIAIS	47
12.2.	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	48
12.3.	FUNDO DOS INVESTIMENTOS	48
13.	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	49
14.	CONTINGÊNCIAS ATIVAS	50
15.	GOVERNANÇA CORPORATIVA	51
16.	CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (ELIMINAÇÕES/AJUSTES)	52
17.	PARTES RELACIONADAS	53
17.1.	TRANSAÇÕES COM O PATROCINADOR	53
17.2.	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	53
17.3.	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS– PESSOAL CHAVE	53
18.	COVID-19	53
19.	EVENTOS SUBSEQUENTES	54
19.1.	REGISTRO DAS DESPESAS DIRETAS DOS INVESTIMENTOS	54
19.2.	PRAZOS E PERCENTUAIS PARA O REGISTRO DAS PROVISÕES PARA PERDAS INCORRIDAS	54
19.3.	TRANSFERÊNCIA DOS CONTRATOS DE DÍVIDAS COM CLÁUSULAS DE REAJUSTES ATUARIAIS PARA O ATIVO REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL	55

19.4.	ATUALIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS _____	55
19.5.	REGISTRO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS _____	55
19.6.	OUTRAS ALTERAÇÕES _____	55

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(R\$ mil)

ATIVO	Nota	2020	2019	Variação (%)
DISPONÍVEL	4	512	546	-6,23%
REALIZÁVEL	5	3.408.689	3.283.750	3,80%
Gestão Previdencial	5.1	419.554	402.710	4,18%
Gestão Administrativa	5.2	10.849	9.537	13,76%
Investimentos	6	2.978.286	2.871.503	3,72%
Títulos Públicos	6.1	1.683.128	1.536.967	9,51%
Créditos Privados e Depósitos	6.2	105.262	75.587	39,26%
Ações	6.3	93.450	76.216	22,61%
Fundos de Investimentos	6.4	925.160	992.128	-6,75%
Investimentos Imobiliários	6.5	93.047	103.505	-10,10%
Empréstimos	6.6	78.239	87.101	-10,17%
PERMANENTE	7	7.931	8.915	-11,04%
Imobilizado	7.1	7.930	8.909	-10,99%
Intangível	7.2	1	6	-83,33%
GESTÃO ASSISTENCIAL	8	117.704	91.237	29,01%
TOTAL DO ATIVO		3.534.835	3.384.447	4,44%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(R\$ mil)

PASSIVO	Nota	2020	2019	Variação (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	9	15.126	14.267	6,02%
Gestão Previdencial	9.1	10.194	9.752	4,53%
Gestão Administrativa	9.2	1.670	1.906	-12,38%
Investimento	9.3	3.262	2.609	25,03%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	10	45.005	49.341	-8,79%
Gestão Previdencial	10.1	36.419	41.863	-13,00%
Gestão Administrativa	10.2	8.585	7.478	14,80%
PATRIMÔNIO SOCIAL		3.357.001	3.229.603	3,94%
Patrimônio de Cobertura do Plano	11	3.284.114	3.165.024	3,76%
Provisões Matemáticas	11.1	3.500.819	3.379.113	3,60%
Benefícios Concedidos		3.374.634	3.151.753	7,07%
Benefícios a Conceder		854.805	973.183	-12,16%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(728.619)	(745.823)	-2,31%
Equilíbrio Técnico	11.2	(216.705)	(214.089)	1,22%
Resultados Realizados		(216.705)	(214.089)	1,22%
Déficit Técnico Acumulado		(216.705)	(214.089)	1,22%
Fundos	12	72.887	64.579	12,86%
Fundos Previdenciais	12.1	12.498	11.268	10,92%
Fundos Administrativos	12.2	41.991	37.023	13,42%
Fundos dos Investimentos	12.3	18.398	16.288	12,95%
GESTÃO ASSISTENCIAL	8	117.704	91.237	29,01%
TOTAL DO PASSIVO		3.534.835	3.384.447	4,44%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2020	2019	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	3.229.603	3.044.976	6,06%
	1. Adições	512.371	571.998	-10,42%
(+)	Contribuições Previdenciais	206.143	208.409	-1,09%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	278.819	336.598	-17,17%
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	960	-	-
(+)	Receitas Administrativas	22.558	22.123	1,97%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.781	3.027	-41,16%
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	2.110	1.840	14,67%
	2. Destinações	(384.973)	(387.372)	-0,62%
(-)	Benefícios	(365.601)	(365.119)	0,13%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(2.683)	-
(-)	Despesas Administrativas	(19.371)	(19.522)	-0,77%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(1)	(48)	-97,92%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	127.398	184.627	-31,00%
(+/-)	Provisões Matemáticas	121.706	148.494	-18,04%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.616)	27.114	-90,35%
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.231	1.599	-23,01%
(+/-)	Fundos Administrativos	4.967	5.580	-10,99%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.110	1.840	14,67%
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	3.357.001	3.229.603	3,94%
(+/-)	5. Gestão Assistencial	25.360	873	2804,93%
(+)	Receitas Assistenciais	59.980	26.063	130,13%
(-)	Despesas Assistenciais	(34.620)	(25.190)	37,44%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(R\$ mil)

Descrição	2020	2019	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	37.023	31.443	17,75%
1. Custeio da Gestão Administrativa	24.339	25.151	-3,23%
1.1. Receitas	24.339	25.151	-3,23%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	7	9	-22,22%
Custeio Administrativo dos Investimentos	18.768	17.807	5,40%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	376	511	-26,42%
Receitas Diretas	436	916	-52,40%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.781	3.027	-41,16%
Reembolso da Gestão Assistencial	2.958	2.855	3,61%
Outras Receitas	13	25	-48,00%
2. Despesas Administrativas	19.371	19.522	-0,77%
2.1. Administração Previdencial	14.154	14.512	-2,47%
Pessoal e encargos	7.822	8.041	-2,72%
Treinamentos/congressos e seminários	90	205	-56,10%
Viagens e estadias	9	53	-83,02%
Serviços de terceiros	1.857	1.533	21,14%
Despesas gerais	1.806	2.137	-15,49%
Depreciações e amortizações	1.439	1.301	10,61%
Tributos	1.025	1.050	-2,38%
Outras Despesas	106	193	-45,08%
2.2. Administração dos Investimentos	2.259	2.155	4,83%
Pessoal e encargos	1.094	1.011	8,21%
Treinamentos/congressos e seminários	8	20	-60,00%
Viagens e estadias	2	48	-95,83%
Serviços de terceiros	786	683	15,08%
Despesas gerais	342	381	-10,24%
Outras Despesas	27	11	145,45%
2.3. Administração Assistencial	2.958	2.855	3,61%
Despesas administrativas	2.958	2.855	3,61%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	1	48	-97,92%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	4.967	5.580	-10,99%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	4.967	5.580	-10,99%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	41.991	37.023	13,42%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO TRANSITÓRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2020	2019	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	524.878	527.484	-0,49%
	1. Adições	85.974	87.212	-1,42%
(+)	Contribuições	58.576	54.466	7,55%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	24.510	32.746	-25,15%
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	2.888	-	-
	2. Destinações	(88.979)	(89.819)	-0,94%
(-)	Benefícios	(88.979)	(88.193)	0,89%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(1.625)	-
(-)	Custeio Administrativo	-	(1)	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(3.004)	(2.607)	15,23%
(+/-)	Provisões Matemáticas	(12.581)	(12.249)	2,71%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	9.577	9.642	-0,67%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	521.874	524.878	-0,57%
	C) Fundos não previdenciais	7.527	6.986	7,74%
(+/-)	Fundos Administrativos	5.237	4.857	7,82%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.290	2.129	7,56%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO TRANSITÓRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(R\$ mil)

Descrição	2020	2019	Variação (%)
1. Ativo	545.802	551.800	-1,09%
Disponível	23	29	-20,69%
Recebível	213.778	203.591	5,00%
Investimentos	332.002	348.180	-4,65%
Títulos Públicos	184.135	182.640	0,82%
Créditos Privados e Depósitos	3.421	-	-
Ações	13.351	10.888	22,62%
Fundos de Investimentos	121.861	143.512	-15,09%
Empréstimos	9.234	11.140	-17,11%
2. Obrigações	16.402	19.936	-17,73%
Operacional	873	919	-5,01%
Contingencial	15.529	19.017	-18,34%
3. Fundos não Previdenciais	7.527	6.986	7,74%
Fundos Administrativos	5.237	4.857	7,82%
Fundos dos Investimentos	2.290	2.129	7,56%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	521.874	524.878	-0,57%
Provisões Matemáticas	531.363	543.945	-2,31%
Superávit/Déficit Técnico	(9.490)	(19.067)	-50,23%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(9.490)	(19.067)	-50,23%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	8.325	12.730	-34,60%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(1.165)	(6.337)	-18,38%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO TRANSITÓRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(R\$ mil)

Descrição	2020	2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	540.566	546.943	-1,17%
1. Provisões Matemáticas	531.363	543.945	-2,31%
1.1. Benefícios Concedidos	815.029	827.308	-1,48%
Benefício Definido	815.029	827.308	-1,48%
1.2. Benefício a Conceder	49	-	-
Contribuição Definida	49	-	-
Saldo de contas - parcela participantes	2	-	-
Benefício Definido	47	-	-
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(283.714)	(283.363)	0,12%
(-) Déficit equacionado	(283.714)	(283.363)	0,12%
(-) Patrocinador(es)	(141.857)	(141.682)	0,12%
(-) Participantes	(53)	-	-
(-) Assistidos	(141.804)	(141.681)	0,09%
2. Equilíbrio Técnico	(9.490)	(19.067)	-50,23%
2.1. Resultados Realizados	(9.490)	(19.067)	-50,23%
(-) Déficit técnico acumulado	(9.490)	(19.067)	-50,23%
3. Fundos	2.290	2.129	7,56%
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.290	2.129	7,56%
4. Exigível Operacional	873	919	-5,01%
4.1. Gestão Previdencial	865	911	-5,05%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	8	8	0,00%
5. Exigível Contingencial	15.529	19.017	-18,34%
5.1 Gestão Previdencial	15.529	19.017	-18,34%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO MISTO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2020	2019	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	2.640.273	2.461.940	7,24%
	1. Adições	400.587	456.113	-12,17%
(+)	Contribuições	147.575	153.952	-4,14%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	253.013	302.161	-16,27%
	2. Destinações	(278.341)	(277.779)	0,20%
(-)	Benefícios	(276.405)	(276.714)	-0,11%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.929)	(1.057)	82,50%
(-)	Custeio Administrativo	(7)	(8)	-12,50%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	122.247	178.334	-31,45%
(+/-)	Provisões Matemáticas	134.287	160.743	-16,46%
(+/-)	Fundos Previdenciais	152	119	27,73%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(12.193)	17.472	-169,79%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.762.520	2.640.273	4,63%
	C) Fundos não previdenciais	(53.462)	(46.262)	15,56%
(+/-)	Fundos Administrativos	(37.354)	(32.103)	16,36%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	(16.108)	(14.159)	13,77%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO MISTO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(R\$ mil)

Descrição	2020	2019	Variação (%)
1. Ativo	2.849.447	2.720.817	4,73%
Disponível	297	238	24,79%
Recebível	248.367	236.079	5,21%
Investimentos	2.600.783	2.484.499	4,68%
Títulos Públicos	1.481.527	1.332.844	11,16%
Créditos Privados e Depósitos	101.838	75.587	34,73%
Ações	79.859	65.131	22,61%
Fundos de Investimentos	775.507	831.471	-6,73%
Investimentos Imobiliários	93.047	103.505	-10,10%
Empréstimos	69.005	75.961	-9,16%
2. Obrigações	33.465	34.281	-2,38%
Operacional	12.575	11.435	9,97%
Contingencial	20.890	22.845	-8,56%
3. Fundos não Previdenciais	53.462	46.262	15,56%
Fundos Administrativos	37.354	32.103	16,36%
Fundos dos Investimentos	16.108	14.159	13,77%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.762.520	2.640.273	4,63%
Provisões Matemáticas	2.969.455	2.835.168	4,74%
Superávit/Déficit Técnico	(207.215)	(195.022)	6,25%
Fundos Previdenciais	280	128	118,75%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(207.215)	(195.022)	6,25%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	133.980	131.062	2,23%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(73.235)	(63.960)	14,50%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO MISTO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(R\$ mil)

Descrição	2020	2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.812.093	2.688.714	4,59%
1. Provisões Matemáticas	2.969.455	2.835.168	4,74%
1.1. Benefícios Concedidos	2.559.605	2.324.445	10,12%
Contribuição Definida	79.473	17.772	347,18%
Benefício Definido	2.480.132	2.306.673	7,52%
1.2. Benefício a Conceder	854.755	973.183	-12,17%
Contribuição Definida	765.359	857.628	-10,76%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es) /instituidor(es)	329.254	363.522	-9,43%
Saldo de contas - parcela participantes	436.105	494.106	-11,74%
Benefício Definido	89.397	115.555	-22,64%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(444.905)	(462.460)	-3,80%
(-) Déficit equacionado	(444.905)	(462.460)	-3,80%
(-) Patrocinador(es)	(222.738)	(231.409)	-3,75%
(-) Participantes	(6.283)	(19.958)	-68,52%
(-) Assistidos	(215.884)	(211.092)	2,27%
2. Equilíbrio Técnico	(207.215)	(195.022)	6,25%
2.1. Resultados Realizados	(207.215)	(195.022)	6,25%
(-) Déficit técnico acumulado	(207.215)	(195.022)	6,25%
3. Fundos	16.388	14.287	14,71%
3.1. Fundos Previdenciais	280	128	118,75%
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	16.108	14.159	13,77%
4. Exigível Operacional	12.575	11.435	9,97%
4.1. Gestão Previdencial	9.322	8.835	5,51%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.253	2.601	25,07%
5. Exigível Contingencial	20.890	22.845	-8,56%
5.1 Gestão Previdencial	20.890	22.845	-8,56%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE PECÚLIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2020	2019	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	11.140	9.661	15,31%
(+) 1. Adições	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.296	1.691	-23,36%
		1.296	1.691	-23,36%
(-) 2. Destinações	Benefícios	(218)	(212)	2,83%
		(218)	(212)	2,83%
(+/-) 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	Fundos Previdenciais	1.078	1.479	-27,11%
		1.078	1.479	-27,11%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	12.218	11.140	9,68%
(+/-) C) Fundos não previdenciais	Fundos Administrativos	94	63	49,21%
		94	63	49,21%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE PECÚLIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(R\$ mil)

Descrição	2020	2019	Variação (%)
1. Ativo	12.319	11.209	9,90%
Disponível	14	11	27,27%
Recebível	94	63	49,21%
Investimentos	12.212	11.136	9,66%
Títulos Públicos	7.466	8.664	-13,83%
Créditos Privados e Depósitos	1	-	-
Ações	241	196	22,96%
Fundos de Investimentos	4.504	2.275	97,98%
2. Obrigações	7	6	16,67%
Operacional	7	6	16,67%
3. Fundos não Previdenciais	94	63	49,21%
Fundos Administrativos	94	63	49,21%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	12.218	11.140	9,68%
Fundos Previdenciais	12.218	11.140	9,68%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO DE PECÚLIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(R\$ mil)

Descrição	2020	2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (3+4)	12.226	11.146	9,69%
3. Fundos	12.218	11.140	9,68%
3.1. Fundos Previdenciais	12.218	11.140	9,68%
4. Exigível Operacional	7	6	16,67%
4.1. Gestão Previdencial	7	6	16,67%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, inscrita no CNPJ nº 82.956.996/0001-78, com sede na Avenida Hercílio Luz, nº 639 - 6º e 7º andar - Ed. Alpha Centauri, foi instituída pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, nas Assembleias Gerais Extraordinárias – AGE de acionistas realizadas em 09 de dezembro de 1969 e 19 de setembro de 1973. A CELOS é uma Entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida pela legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, pelo seu Estatuto, pelos Regulamentos dos Planos de Benefícios, normas, instruções, planos de ação e demais atos aprovados por seu Conselho Deliberativo, tendo por finalidade:

- Instituir, administrar e executar planos de natureza previdenciária aos Empregados das Patrocinadoras que assinaram ou que venham a assinar o Convênio de Adesão, conforme consta no Estatuto e nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, na forma da lei;
- Administrar e executar planos de assistência à saúde, referido no artigo 76 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, destinado aos Participantes Ativos e Assistidos – e seus respectivos beneficiários, observadas as leis e regulamentos aplicáveis à Saúde Suplementar;
- Estabelecer acordo, contrato ou convênio com entidade de direito público ou privado, objetivando a consecução de seus objetivos; e
- Manter o Plano de Pecúlio, instituído em 1997, mediante contribuição específica definida em nota técnica atuarial anual, respeitada a legislação pertinente.



A CELOS, conforme definido nos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios e Resolução CGPC/MPS nº 16 de 22 de novembro de 2005, administra os seguintes Planos Previdenciários:

- **Plano Transitório** – CNPB 19.960.052-19 – Tipo do Plano: Benefício Definido.

Plano fechado para novas adesões desde janeiro de 1997, sendo que em janeiro deste ano tivemos um aposentado por invalidez que teve seu benefício suspenso pelo INSS, retornando à condição de ativo.

- **Plano Misto** – CNPB 19.960.051-38 – Tipo do Plano: Contribuição Variável/Contribuição Definida.

Plano de Contribuição Definida durante a capitalização e Benefício Definido no gozo dos benefícios. Instituído em 01/01/1997, sendo que o processo de migração do Plano Transitório para o Plano Misto ocorreu de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000, com 98% de migração dos Participantes Ativos. Para os Participantes que aderiram ao Plano a partir da versão 14 do Regulamento, aprovado pela PREVIC em 16/07/2018, o Plano Misto passou à categoria de Contribuição Definida, tanto na fase de capitalização quanto na fase de gozo dos benefícios.

- **Plano de Pecúlio** – CNPB 19.970.023-29 – Tipo do Plano: Benefício de Risco.

Plano aprovado pela SPC/MPAS, por meio do Ofício nº 546 SPC/CGOF/COJ, de 19/08/1997, sendo que as atualizações dos valores de cobertura ocorrem em outubro de cada ano pelo indexador atuarial do Plano. Sua cobertura se dá por morte natural, morte acidental (três vezes o valor da morte natural) ou invalidez do Participante, reconhecida por um dos regimes de previdência oficial, em decorrência de acidente do trabalho ou doença do trabalho, cujo fato gerador seja posterior à sua adesão (pagamento de 75% da morte natural).

Destaca-se que a CELOS possuía em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o seguinte perfil de Participantes:

Tabela 1 - Quantidade de Participantes

Participantes	2020			2019		
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio
Ativos	1	3.097	3.046	-	3.203	3.163
Assistidos	979	3.520	268	1.032	3.244	277
Pensionista	984	358	-	983	342	-
Autopatrocinados	-	10	6	-	10	7
BPD (a)	-	7	4	-	6	2
Total	1.964	6.992	3.324	2015	6805	3.449

(a) BPD - Benefício Proporcional Diferido

Fonte: Cadastro Unificado CELOS

A idade média dos Participantes dos Planos Previdenciários da CELOS por condição de sócio é:

Tabela 2 - Idade Média dos Participantes

Participantes	2020			2019		
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio
Ativos	56	42	42	-	43	43
Assistidos	77	64	65	77	64	64
Pensionista	74	61	-	73	60	-
Autopatrocinados	-	48	47	-	48	46
BPD (a)	-	48	50	-	46	49

(a) BPD - Benefício Proporcional Diferido

Fonte: Cadastro Unificado CELOS

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da CELOS estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, especificamente a Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e não circulantes, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura de planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas a gestão previdencial, assistencial, administrativa e o fluxo dos investimentos proporcionem informações adequadas, confiáveis e relevantes, em conformidade com o item 63 da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 26.

As Demonstrações são apresentadas de maneira consolidada e também por cada um dos Planos de Benefícios, quando aplicável.

A autorização para a conclusão destas Demonstrações Financeiras foi dada pela Diretoria Executiva da CELOS em 29 de janeiro de 2021, submetendo-se à aprovação do Conselho Deliberativo e apreciação do Conselho Fiscal.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração deste documento foram utilizadas estimativas e premissas para registrar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras, cuja metodologia adotada envolve normalmente fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado, a avaliação da carteira de investimento, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para demandas judiciais, ativos e passivos relacionados aos Participantes, Assistidos e Empregados, e os cálculos atuariais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá, eventualmente, resultar em valores diferentes daqueles provisionados. Visando um acompanhamento permanente destas estimativas, a Entidade revisa, conforme o caso, as metodologias e premissas inerentes anualmente.



O resultado de cada Plano de Benefício, do Administrativo e do Consolidado é apurado mensalmente de acordo com o princípio contábil da competência e demais princípios aplicáveis, verificados em todos os registros contábeis, além das disposições da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, art. 30 e da Instrução Normativa PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020. O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido ao resultado, respectivamente, para fins de apuração de superávit ou déficit, visando em ambos os casos eventual equacionamento.

O valor do ajuste de precificação mencionado corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos, com base na sua taxa de juros, levados até o vencimento.

De acordo com o artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o Superávit Técnico apurado é destinado à formação de Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula $[(10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})) \times \text{Provisão Matemática}]$, o que for menor, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018. Ultrapassado esse limite, a parcela excedente deverá ser destinada e contabilizada em "Reserva Especial para Revisão de Plano", podendo ser utilizada nos termos dos parágrafos do artigo supracitado e da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018. O superávit ou déficit técnico são demonstrados pela sua totalidade, sem distinção dos valores apurados no exercício.

Também em atenção ao parágrafo único - artigo 15 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o limite citado anteriormente é calculado sobre a totalidade das provisões matemáticas que representam a parte dos benefícios estruturados como Benefício Definido, conforme classificação estabelecida pela Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

Com base no artigo 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, deverá ser elaborado até o final do exercício subsequente um plano de equacionamento do superávit ou déficit técnico acumulado que ultrapassar o limite calculado pela seguinte fórmula $[1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}]$, devendo este, dentro do prazo, ser aprovado pelo Conselho Deliberativo.

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade são:

3.1. REGISTRO DO RESULTADO DAS OPERAÇÕES

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil da competência de exercícios. Ressalta-se que o § 2º do art. 10 da Resolução CNPC n.º 29, de 13 de abril de 2018, prevê que os registros relativos às contribuições e aos pagamentos de benefícios de planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e contribuição variável poderão ser efetuados com base no regime de caixa, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada plano de benefícios. Entretanto, vale salientar que as contabilizações relativas às contribuições e aos pagamentos de benefícios dos Planos administrados pelos CELOS, foram efetuadas pelo regime de competência.

As Rendas/Variações Positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.2. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo "A", da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores.

Na constituição da provisão, referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

3.3. PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO E RESPECTIVOS ENCARGOS

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço, mais a diferença de 50% e 13º salários são provisionados no Plano de Gestão Administrativa - PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.4. ATIVOS CONTINGENTES

A CELOS tem a possibilidade de ser credora de valor a receber perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, em razão de ação judicial movida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, Entidade da qual a CELOS é associada, que ingressou na condição de substituto processual de suas associadas que possuíam títulos de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs adquiridos em função do Decreto-Lei nº 2.228/86, alterado pelo DC 2383/87 (ver Nota Explicativa nº 14).

3.5. SEGREGAÇÃO ENTRE PLANOS

Os ativos e passivos, bem como as receitas e despesas, possuem forma de segregação real.

- **Segregação Real:** A forma de registro, controle e acompanhamento dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios são individualizadas na aplicação dos recursos, ou seja, a Entidade adota o padrão multifundo para seus Planos.

- **Segregação por cotas:** Forma de registro, controle e acompanhamento dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios em que não há individualização na aplicação dos recursos (unifundo), sendo necessário definir um procedimento para cotizar os investimentos de cada Plano de Benefícios.

3.6. EMPRÉSTIMOS

Correspondem às operações com Participantes Ativos e Assistidos e estão registradas pelo valor atualizado dos débitos oriundos de empréstimos concedidos pela CELOS, permitidos pela Resolução 4.661/2018, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

As concessões de empréstimos à Participantes Ativos e Assistidos têm como base os seguintes prazos e condições:

- **Líquido disponível:**
 - Participantes Ativos e Vinculados ao Plano de Demissão: a margem consignável para o cálculo do líquido disponível será de 20% da remuneração fixa, deduzidas as pensões judiciais, quando houver;
 - Participantes Assistidos: a margem consignável para cálculo do líquido disponível será de 30% do valor bruto do benefício, deduzidas as pensões judiciais, quando houver;
 - Participantes Assistidos que recebem o valor de benefício até o piso salarial: além das pensões judiciais, serão deduzidas também as contribuições do Plano CELOS Saúde, quando houver; e
 - Será aplicada a tabela de redução escalonada do líquido disponível para os Participantes Ativos e Assistidos inadimplentes, com a redução de 1% para cada registro de inadimplência total ou parcial das parcelas de empréstimo, independente do contrato em vigor, observando o histórico de pagamento dos últimos 24 meses.
- **Inadimplência Parcial:**
 - Será utilizada uma margem de tolerância de até 5% do valor da parcela para que os pagamentos parciais sejam considerados inadimplência. Excedidos os 5% de tolerância, o pagamento parcial será contabilizado para a aplicação da redução escalonada do líquido disponível.
- **Carência por inadimplência:**
 - Nas situações de inadimplência, principalmente as que demandem execução judicial, a concessão de novo empréstimo estará sujeita à carência de 12 (doze) meses, sendo possível apenas renegociação do saldo devedor.
- **Limite do valor da concessão:**
 - O valor emprestado será limitado a 100% do saldo da Conta Individual de Aposentadoria (CIAP).
- **Prazo de amortização e taxa de juros:**
 - Prazo normal de concessão de 01 a 60 prestações mensais e consecutivas;
 - Prazo especial para concessão de até 84 meses somente para renegociações, sem liberação de novos recursos (repactuação “sem dinheiro novo”), mediante análise prévia e aprovação da Comissão de Análise de Crédito e da Diretoria Executiva; e
 - Taxa de juros de 0,60% ao mês, aplicados “pro rata die”, quando for o caso.

Para Participantes Ativos ou Assistidos com idade acima de 70 anos, o prazo máximo para concessão será de até 60 prestações, conforme Regulamento vigente para análise, concessão de crédito e cobrança de débitos de empréstimos da CELOS.

3.7. IMOBILIZADO (PERMANENTE)

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da CELOS são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem, estimada na aquisição à base das seguintes alíquotas anuais:

Tabela 3 - Depreciação

Descrição	Alíquota Anual
Instalações em Geral	10%
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%
Veículos (exceto Utilitários)	20%
Ventiladores - Refrigeradores de Ar	25%

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Os imóveis de uso próprio (administrativo) seguem a vida útil estimada pelo laudo de reavaliação.

3.8. INTANGÍVEL (PERMANENTE)

Os custos de desenvolvimento de programas computacionais registrados no grupo "intangível" têm a amortização iniciada após a conclusão de sua implantação pelo prazo de 60 meses. No registro contábil das amortizações, a CELOS observa as seguintes regras:

- A amortização do intangível é contabilizada mensalmente como redutora em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do PGA;
- A amortização é calculada pelo método linear; e
- A amortização do intangível independe da existência do resultado do PGA.

3.9. OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) tem por finalidade registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade e teve o seu regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio do Ato Deliberativo 39/2019, de 17/12/2019, em que definiu todos os requisitos para a sua operacionalização.

O patrimônio do PGA é segregado por Planos de Benefícios Previdenciais e constituído pelas receitas (taxa de administração previdencial, taxa de administração sobre empréstimos, reembolso de algumas despesas administrativas de investimentos e diretas, e reembolsos administrativos das atividades assistenciais), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores, Participantes Ativos e Assistidos dos Planos Previdenciários.

As receitas administrativas da CELOS são debitadas aos Planos Previdenciários em conformidade com o plano de custeio vigente. Os valores relativos à taxa de administração da Gestão Assistencial são apurados em valores equivalentes às despesas administrativas assistenciais e devidamente reembolsados.

A partir de 2016, a CELOS adotou a taxa de administração em substituição à taxa de carregamento, passando a aplicar o percentual de 0,55% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios, sendo esta taxa descontada diariamente, equivalendo ao desconto de 0,00217% sobre os recursos garantidores dos Planos Previdenciários. Em 2017 passou para 0,60%, em 2018 para 0,66%, em 2019 e 2020 se manteve em 0,66%.

Para determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada Plano, a CELOS utiliza os seguintes critérios:

- O saldo do fundo administrativo de cada Plano é proporcional ao saldo dos recursos garantidores do referido Plano Previdenciário;
- A Entidade adota a métrica de proporção pelo montante do patrimônio financeiro dos planos/perfil.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da CELOS, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

3.10. IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades Fechadas de Previdência Complementar da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações.

3.11. PIS/COFINS

As contribuições para o PIS e para a COFINS são apuradas de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, a qual revogou, dentre outras, as Instruções Normativas SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, e nº 1.285, de 13 de agosto de 2012, que foram utilizadas, até a data de sua revogação, para a apuração da base de cálculo e alíquota para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs. Essas contribuições foram contestadas pela CELOS e estão sendo depositadas em juízo.

3.12. INVESTIMENTOS

Para o registro dos investimentos foram observados os critérios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme suas alçadas de competência. O conjunto dessas regras foi aplicado tanto para os investimentos em carteira própria da CELOS quanto também para aqueles em Fundos de Investimentos Exclusivos.

A aplicação dessas regras compreende os seguintes procedimentos principais para cada uma das categorias abaixo destacadas:

- Ativos de Renda Fixa: os ativos classificados em Títulos para Negociação (Marcação a Mercado – MtM) foram precificados pelo seu valor de mercado auferido no fechamento do exercício a partir de fontes independentes; já os Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcação na Curva – HtM) foram precificados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos no período;
- Ações: esses ativos são ajustados pelo seu valor de mercado na data do fechamento do exercício. As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações decorrentes de investimentos em ações foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas;
- Fundos de Investimentos: são registrados com base no valor das cotas na data de fechamento do exercício. As cotas, por sua vez, consideram o valor de mercado ou o melhor valor estimado para os ativos que compõem as carteiras dos fundos;
- Investimentos Imobiliários: os imóveis prontos para uso foram considerados pelo valor de mercado obtido a partir de avaliação independente, obedecendo as regras aplicáveis a esse tipo de avaliação; e
- Empréstimos a Participantes: foram registrados pelo valor concedido acrescido de atualização monetária e juros pactuados. Os empréstimos inadimplentes seguem as regras de provisão estabelecidas, conforme mencionado no item 3.6.

4. DISPONÍVEL

Os saldos desta rubrica em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão representados por numerário mantido em conta corrente para pagamento da folha de Assistidos e terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 4 - Disponível (R\$ mil)

	2020					2019				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Caixa	-	-	-	1	1	-	-	-	1	1
Banco do Brasil	8	213	5	165	392	7	183	1	241	431
Credelesc	1	71	-	-	72	3	39	-	11	53
Bradesco	14	13	9	10	46	19	17	10	15	60
Total	23	297	14	177	511	29	238	10	268	544

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

5. REALIZÁVEL

5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Este grupo de contas é constituído de recursos a receber relativos às contribuições para o Plano de Benefícios, adiantamentos, depósitos judiciais/recursais e outros realizáveis, conforme segue:

Tabela 5 - Realizável da Gestão Previdencial (R\$ mil)

	2020			2019		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Recursos a Receber	201.694	206.190	407.883	193.489	200.240	393.729
Contribuições do Mês	2.320	12.688	15.008	2.263	14.631	16.894
Contribuições em Atraso	4	21	25	-	30	30
Contribuições Contratadas	199.369	193.481	392.850	191.226	185.578	376.804
Adiantamentos	95	-	95	98	4	102
Depósitos Judiciais/Recursais	6.744	4.785	11.529	5.140	3.672	8.812
Outros Realizáveis	8	38	46	7	60	67
Total	208.541	211.013	419.554	198.734	203.976	402.710

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

No grupo contábil Recursos a Receber são registradas as contribuições normais do mês de dezembro de 2020, recebidas no mês posterior, contribuições normais em atraso e contribuições contratadas, que se referem a serviço passado.

As Contribuições Contratadas são decorrentes do contrato firmado com a Patrocinadora em 30 de novembro de 2001, para pagamento em 277 parcelas mensais e sucessivas, com a incidência de juros à taxa de 6% ao ano e atualização mensal pela variação do indexador atuarial (IPCA a partir de outubro de 2010), tendo como objeto a amortização da dívida consolidada da antiga reserva matemática, por parte da Celesc, conforme assegurado no Regulamento vigente do Plano Transitório e do Plano Misto.

Em 31 de dezembro de 2020, restavam 48 parcelas a pagar. Durante o exercício de 2020, devido a situação financeira da Patrocinadora, em função do cenário de pandemia do Covid-19, foi solicitado pela Celesc a suspensão dos pagamentos das parcelas a amortizar de nº 221 a 228, do Contrato de Reserva Matemática. Desta forma, foi celebrado o Segundo Termo Aditivo do Contrato de Reserva que prevê a suspensão dos pagamentos de maio a dezembro de

2020 e retomando a normalidade dos desembolsos das parcelas, mensalmente, em janeiro/2021, conforme aprovação do Conselho Deliberativo da Entidade, registrada na Ata COD 10/2020, de 28/04/2020.

Tabela 6 - Realizável da Gestão Previdencial - Contribuições Contratadas (R\$ mil)

	2020			2019		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Saldo Anterior	191.226	185.578	376.805	215.479	209.114	424.593
Valores Recebidos	(14.602)	(14.171)	(28.773)	(42.699)	(41.438)	(84.136)
Indexador / Juros	22.745	22.073	44.819	18.446	17.902	36.348
Saldo Atual	199.369	193.481	392.850	191.226	185.578	376.805

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Vale destacar que este contrato possui como garantia a utilização preferencial dos recursos que serão creditados em contas da Celesc junto aos bancos credenciados, oriundo da cobrança de faturas de energia elétrica.

No grupo contábil Adiantamentos constam os valores referentes ao adiantamento de benefícios de recursos relativos à Gestão Previdencial que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes.

O grupo contábil Depósitos Judiciais/Recursais representa o total depositado em juízo relativo às contingências passivas da Gestão Previdencial (ver **Nota Explicativa nº 10.1**).

Tabela 7 - Realizável da Gestão Previdencial - Depósitos Judiciais e Recursais (R\$ mil)

	2020			2019		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Depósitos Judiciais	6.726	4.746	11.472	5.122	3.614	8.735
Depósitos Recursais	18	39	57	18	59	77
Saldo Atual	6.744	4.785	11.529	5.140	3.672	8.812

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

A variação no grupo Outros Realizáveis decorre de parcelamentos de acordos de empréstimos e de transferências de valores entre os Planos, em virtude do processo de segregação real do patrimônio dos Planos, conforme segue:

Tabela 8 - Realizável da Gestão Previdencial - Outros Realizáveis (R\$ mil)

	2020			2019		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Outros Realizáveis	8	38	46	7	60	67
Parcelamento	-	17	17	-	27	27
A receber dos Planos	8	21	30	7	32	39
Total	8	38	46	7	60	67

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Ressalta-se que a variação nos respectivos parcelamentos se deve ao provisionamento das parcelas em atraso.

5.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é:

Tabela 9 - Realizável da Gestão Administrativa (R\$ mil)

	2020	2019
Contas a Receber	109	117
Responsabilidade de Empregados	73	44
Responsabilidade de Terceiros	18	32
Outros Recursos a Receber	18	40
Depósitos Judiciais/Recursais	8.585	7.478
Tributos a Compensar	131	123
Outros Realizáveis	2.023	1.820
Total	10.849	9.537

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

No grupo contábil de Contas a Receber é registrada a rubrica Responsabilidade de Empregados, que se refere a adiantamentos de salário e viagens, bem como de 13º salário. Já na rubrica Responsabilidade de Terceiros está contabilizado o seguro predial do Edifício Alpha Centauri (sede da Entidade) e Beira-Mar Continental (sala de contingência), desativada no decorrer de 2020 em razão da contratação de empresa especializada para a realização do mesmo serviço; seguro do automóvel; além das garantias de hardware. Por fim, a rubrica Outros Recursos a Receber se refere aos valores a receber do Plano CELOS Saúde a título de rateio de despesas e reembolsos administrativos.

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais/Recursais se refere aos valores de PIS e COFINS depositados judicialmente no período de 06/2006 a 09/2007, Processo nº 0006189-66.2006.404.7200/SC, com julgamento final a favor da CELOS, mas ainda pendente da homologação pela Receita Federal do Brasil - RFB. Vale destacar que foi impetrado também o mandado de segurança com pedido de liminar contra os recolhimentos realizados a partir de 2015 de PIS e COFINS, por meio do Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC, que transita na 4ª Vara Federal em Florianópolis/SC. O objetivo é questionar a incidência de PIS e COFINS sobre receitas da atividade ou objeto principal da CELOS, tendo em vista que a Entidade não apura receita.

A CELOS também ingressou, em setembro de 2015, com ação ordinária com pedido de antecipação de tutela e de repetição de indébito contra o recolhimento de contribuições incidentes sobre as remunerações pagas à Empregados (SAT de 0,5%, Salário Educação de 2,5% e INCRA de 0,2%), cujos valores são mensalmente depositados em conta judicial.

Também estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais/Recursais os depósitos recursais de processos trabalhistas movidos contra a CELOS.

Tabela 10 - Realizável da Gestão Administrativa - Depósitos Judiciais e Recursais (R\$ mil)

	2020	2019
Depósitos Judiciais	8.475	7.372
Depósitos de PIS e COFINS (Processo nº 0006189-66.2006.404.7200/SC)	2.704	2.685
Depósitos de PIS e COFINS (Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC)	5.432	4.400
Depósitos de INSS	340	286
Depósitos Recursais	110	106
Depósitos de Processos Trabalhistas	110	106
Total	8.585	7.478

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Já a variação da rubrica Tributos a Compensar deve-se a valores tributários a serem recuperados em virtude de divergências de recolhimento, sendo estes compostos por tributos federais que serão analisados e restituídos no próximo exercício.

O saldo de Outros Realizáveis se refere ao almoxarifado, transferência de valores entre os Planos Previdenciários e PGA em virtude do processo de segregação real do patrimônio dos Planos Transitório e Misto, e cotas de cooperativas, conforme segue:

Tabela 11 - Realizável da Gestão Administrativa - Outros Realizáveis (R\$ mil)

	2020	2019
Outros Realizáveis	2.023	1.820
Almoxarifado	9	8
A receber dos Planos	1.765	1.573
Cotas de Cooperativas	250	239
Credelesc	250	239
Total	2.023	1.820

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

6. INVESTIMENTOS

Os recursos garantidores dos Planos são alocados de acordo com a Política de Investimentos de cada Plano, as quais são aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo. A Política de Investimentos é o documento que determina estrategicamente as diretrizes da aplicação dos recursos, apresentando limites, características de risco e ativos elegíveis. Todos os Planos da CELOS possuem segregação real de ativos.

O Realizável dos Investimentos é composto pelas contas de Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundo de Investimento, Investimentos Imobiliários e Empréstimos e Financiamentos, como consta a seguir:

Tabela 12 - Realizável dos Investimentos (R\$ mil)

	2020					2019				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Títulos Públicos	184.135	1.481.527	7.466	10.000	1.683.128	182.640	1.332.844	8.664	12.818	1.536.967
Créditos Privados e Depósitos	3.421	101.838	1	2	105.262	-	75.587	-	-	75.587
Ações	13.351	79.859	241	-	93.450	10.888	65.131	196	-	76.216
Fundos de Investimento	121.861	775.507	4.504	23.287	925.160	143.512	831.471	2.275	14.869	992.128
Investimentos Imobiliários	-	93.047	-	-	93.047	-	103.505	-	-	103.505
Empréstimos e Financiamentos	9.234	69.005	-	-	78.239	11.140	75.961	-	-	87.101
Total	332.002	2.600.783	12.212	33.290	2.978.286	348.180	2.484.500	11.136	27.688	2.871.502

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

A rentabilidade do Plano Transitório e do Plano Misto em 2020 foi de 8,11% e 11,15%, respectivamente; a meta atuarial para ambos os Planos, no período, ficou em 9,42%.

Já o Plano de Pecúlio e o Plano de Gestão Administrativa (PGA) apresentaram em 2020 rentabilidades de 11,73% e 5,76%, respectivamente; no caso desses planos, o objetivo de rentabilidade era de 2,76%.

O detalhamento da rentabilidade, por tipo de investimento, pode ser observado abaixo:

Tabela 13 - Realizável dos Investimentos - Rentabilidade dos Planos (R\$ mil)

Tipos de Investimentos	Plano Transitório		Plano Misto		Plano Pecúlio		PGA		Total de Recursos
	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	
Renda Fixa	209.851	8,99%	1.637.392	14,43%	10.264	11,84%	33.290	5,79%	1.890.797
Renda Variável	54.030	10,14%	352.589	8,45%	1.302	22,60%	-	-	407.921
Investimento Estruturado	54.407	8,10%	363.233	7,75%	588	14,05%	-	-	418.228
Investimentos Imobiliários**	2.851	15,55%	171.063	32,94%	58	15,55%	-	-	173.972
Investimento Exterior	1.629	16,41%	7.501	16,39%	-	-	-	-	9.130
Empréstimos a Participantes	9.234	13,49%	69.005	13,01%	-	-	-	-	78.239
Total* (a)	332.002	8,11%	2.600.783	11,15%	12.212	11,73%	33.290	5,76%	2.978.286

(a) A diferença visualizada entre a rentabilidade dos segmentos e a do Plano decorre da dedução de despesas da carteira.

* Patrimônio conforme definido pela PREVIC – excluindo contratos de dívida com patrocinadoras.

** O investimento imobiliário engloba investimentos realizados em títulos de renda fixa lastreados em imóveis, conforme preconizado pela resolução CMN 4.661.

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

6.1. TÍTULOS PÚBLICOS

Os Títulos Públicos constantes nas carteiras dos Planos compreendem Notas do Tesouro Nacional (NTN) das Séries B e C, que garantem rentabilidade real desde que mantidas até o vencimento, pois seu rendimento é composto por duas variáveis: taxa prefixada de juros e a variação da inflação (IPCA no caso da Série B e IGPM no caso da Série C).

Os Títulos Públicos podem ser contabilizados a Mercado (MtM) ou pela Curva (HtM). O procedimento de marcação a mercado (MtM) compreende o registro pelos preços transacionados no mercado. Já no procedimento de marcação pela curva (HtM) o valor do título corresponderá ao custo de aquisição acrescido da atualização pelo indexador e juros vinculados ao papel calculados sobre o valor de face. Cada procedimento de registro gera diferentes rentabilidades e preço para um mesmo ativo, sendo que a marcação na curva (HtM) deve ser utilizada quando houver intenção e capacidade de manter o título até a data do seu vencimento.

Tabela 14 - Realizável dos Investimentos - Títulos Públicos (R\$ mil)

	2020					2019				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Títulos Públicos	184.135	1.481.527	7.466	10.000	1.683.128	182.640	1.332.844	8.664	12.818	1.536.967
NTN-B	179.877	949.663	2.591	4.464	1.136.595	178.982	891.789	4.394	7.974	1.083.139
NTN-C	4.258	531.863	4.875	5.536	546.532	3.658	441.056	4.270	4.844	453.828
Total	184.135	1.481.526	7.466	10.000	1.683.128	182.640	1.332.844	8.664	12.818	1.536.967

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Conforme preconizado pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e alterações posteriores, a Fundação realiza estudos de liquidez considerando o fluxo previsto de pagamentos de benefícios para medir a capacidade de cumprir seus compromissos financeiros, mesmo com a marcação de títulos públicos na curva (HtM) do papel. No ano de 2020 não ocorreram mudanças de classificação de títulos e novas aquisições foram realizadas considerando o fluxo previsto de pagamentos dos Planos.

No quadro a seguir é demonstrada a composição da carteira de investimentos em Títulos Públicos, segundo os prazos de vencimento:

Tabela 15 - Realizável dos Investimentos - Títulos Públicos Mantidos até o Vencimento e para Negociação (R\$ mil)

Prazos	2020				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Até 1 ano	13.934	20.939	156	458	35.487
De 1 a 5 anos	20.797	254.882	1.270	780	277.729
De 5 a 10 anos	101.795	270.963	145	407	373.310
De 10 a 20 anos	13.444	590.612	5.052	6.477	615.585
De 20 a 30 anos	34.165	344.130	842	1.878	381.015
Acima de 30 anos	-	-	-	-	-
Total	184.135	1.481.527	7.466	10.000	1.683.128

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Todos os Títulos Públicos da CELOS se encontram em Carteira Própria, com gestão interna, sendo a custódia realizada pelo Banco Bradesco S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, a carteira de Títulos Públicos da Fundação tinha a seguinte taxa e forma de marcação por papel:

Tabela 16 - Realizável dos Investimentos - Carteira de Títulos Públicos (R\$ mil)

Ativo	Vencimento	Mercado	Taxa Mercado	Taxa Curva	2020				
					Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
NTN-B	15/05/2021	Curva	0%	6,25%	3.650	-	-	-	3.650
NTN-B	15/05/2021	Mercado	-1,86%	6,09%	6.026	-	-	-	6.026
NTN-B	15/05/2023	Curva	0%	5,90%	-	44.921	-	-	44.921
NTN-B	15/05/2023	Curva	0%	6,23%	15.443	27.454	-	-	42.897
NTN-B	15/05/2023	Curva	0%	6,27%	-	34.290	-	-	34.290
NTN-B	15/08/2024	Curva	0%	6,10%	-	85.374	-	-	85.374
NTN-B	15/08/2024	Curva	0%	6,14%	-	39.705	-	-	39.705
NTN-B	15/08/2024	Curva	0%	6,36%	3.529	17.526	-	-	21.055
NTN-B	15/08/2024	Curva	0%	6,75%	1.074	5.611	41	113	6.839
NTN-B	15/08/2024	Mercado	1,57%	6,18%	751	-	1.230	233	2.214
NTN-B	15/08/2024	Mercado	1,57%	6,36%	-	-	-	434	434
NTN-B	15/08/2026	Curva	0%	6,10%	-	21.584	-	-	21.584
NTN-B	15/08/2026	Mercado	2,23%	4,10%	-	13.730	-	-	13.730
NTN-B	15/08/2028	Mercado	3%	4,19%	-	34.740	-	-	34.740
NTN-B	15/08/2030	Curva	0%	5,90%	97.897	-	-	-	97.897
NTN-B	15/08/2030	Curva	0%	6,29%	-	60.064	-	-	60.064
NTN-B	15/08/2030	Curva	0%	6,53%	-	33.764	-	-	33.764
NTN-B	15/08/2030	Curva	0%	6,84%	3.898	20.349	145	407	24.799
NTN-B	15/08/2030	Curva	0%	6,98%	-	26.205	-	-	26.205
NTN-B	15/08/2030	Curva	0%	7,06%	-	21.830	-	-	21.830
NTN-B	15/08/2030	Curva	0%	7,29%	-	25.353	-	-	25.353
NTN-B	15/08/2030	Mercado	2,81%	6,22%	-	13.344	-	-	13.344
NTN-B	15/05/2035	Curva	0%	6,60%	4.445	23.200	163	464	28.272
NTN-B	15/05/2035	Curva	0%	6,87%	4.515	23.565	169	469	28.718
NTN-B	15/05/2035	Mercado	3,21%	4,42%	-	21.243	-	-	21.243
NTN-B	15/05/2035	Curva	0%	4,55%	-	11.680	-	-	11.680
NTN-B	15/08/2040	Curva	0%	6,94%	4.484	23.400	168	466	28.518
NTN-B	15/08/2040	Mercado	3,58%	6,22%	-	10.989	-	-	10.989
NTN-B	15/05/2045	Curva	0%	5,74%	3.320	-	-	-	3.320
NTN-B	15/05/2045	Curva	0%	5,96%	1.614	-	-	-	1.614
NTN-B	15/05/2045	Curva	0%	6,95%	7.022	36.660	265	730	44.677
NTN-B	15/05/2045	Mercado	4%	6,22%	-	42.917	-	-	42.917
NTN-B	15/08/2050	Curva	0%	5,57%	2.226	22.263	-	-	24.489
NTN-B	15/08/2050	Curva	0%	5,66%	1.112	14.496	-	-	15.608
NTN-B	15/08/2050	Curva	0%	5,80%	-	11.154	-	-	11.154
NTN-B	15/08/2050	Curva	0%	5,81%	-	17.976	-	-	17.976
NTN-B	15/08/2050	Curva	0%	5,90%	-	11.007	-	-	11.007
NTN-B	15/08/2050	Curva	0%	6,05%	4.378	22.843	164	456	27.841
NTN-B	15/08/2050	Curva	0%	6,10%	6.636	34.637	245	692	42.210
NTN-B	15/08/2050	Curva	0%	7,24%	-	12.195	-	-	12.195
NTN-B	15/08/2050	Mercado	3,80%	6,22%	-	70.775	-	-	70.775
NTN-B	15/08/2050	Curva	0%	4,80%	7.856	12.818	-	-	20.674
NTN-C	01/04/2021	Curva	0%	6,72%	-	20.939	-	-	20.939
NTN-C	01/04/2021	Mercado	2,40%	5,85%	4.258	-	156	458	4.872
NTN-C	01/01/2031	Curva	0%	5,84%	-	111.518	-	-	111.518
NTN-C	01/01/2031	Curva	0%	6,74%	-	363.825	-	-	363.825
NTN-C	01/01/2031	Mercado	3,72%	5,89%	-	35.582	4.719	5.078	45.379
Total					184.135	1.481.527	7.466	10.000	1.683.128
NTN-B	Curva				96,23%	78,13%	52,51%	85,06%	
NTN-B	Mercado				3,77%	21,87%	47,49%	14,94%	
NTN-C	Curva				0,00%	93,31%	-	-	
NTN-C	Mercado				100,00%	6,69%	100,00%	100,00%	

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

6.2. CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

A carteira de Créditos Privados da CELOS é composta por Cédulas de Crédito Bancário (CCB), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Debêntures. Esses ativos são emitidos por empresas e possuem risco de crédito, sendo que sua remuneração compreende uma taxa pré-fixada ou correção monetária mais juros remuneratórios, dependendo da cédula/certificado.

Tabela 17 - Realizável dos Investimentos - Créditos Privados e Depósitos (R\$ mil)

	2020					2019				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Créditos Privados e Depósitos	3.421	101.838	1	2	105.262	-	75.586	-	-	75.587
Aplicação	13.018	199.353	217	446	213.034	9.606	124.439	217	446	134.708
A receber	49.189	478.362	595	1.299	529.445	-	4.457	-	-	4.457
(-) Provisão	(58.787)	(575.877)	(811)	(1.743)	(637.218)	(9.606)	(53.310)	(217)	(446)	(63.580)
Total	3.421	101.838	1	2	105.262	-	75.587	-	-	75.587

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

A alteração vislumbrada nessa conta entre os anos de 2019 e 2020 decorre do encerramento de três Fundos Exclusivos da CELOS (Multimomento, Multifuturo e Recuperação). Com o encerramento desses Fundos, os ativos que se encontravam nas respectivas carteiras passaram a ser detido diretamente pelos Planos. Esse movimento foi realizado com o objetivo de racionalizar a carteira e reduzir custos e faz parte da estratégia da CELOS em reduzir sua exposição em ativos ilíquidos de crédito. Não ocorreram novas aplicações em Créditos Privados no ano de 2020.

Abaixo segue detalhamento dos Créditos Privados existentes na carteira dos Planos, incluindo os títulos privados provisionados e que ainda estão em processo de execução, falência ou correlatos.

Tabela 18 - Realizável dos Investimentos - Carteira de Créditos Privados e Depósitos (R\$ mil)

Ativo	2020				2019			
	Saldo	A Receber	(-) Provisão	Total	Saldo	A Receber	(-) Provisão	Total
Debêntures Invesc	2.333	-	(2.333)	-	2.333	-	(2.333)	-
Debêntures Buettner	1.235	-	(1.235)	-	1.235	-	(1.235)	-
CCB Sucos do Brasil	38.326	-	(38.326)	-	38.326	-	(38.326)	-
CCB Samcil	10.776	-	(10.776)	-	10.776	-	(10.776)	-
CCB Gelre	6.451	-	(6.451)	-	6.451	-	(6.451)	-
CCB Rio Amazonas	48.664	12.184	(60.848)	-	-	-	-	-
Debêntures Conasa	10.819	-	-	10.819	-	-	-	-
Debêntures Vale	4.834	-	-	4.834	-	-	-	-
CCI VCG	-	197.325	(197.325)	-	-	-	-	-
CCI Voges	-	58.284	(58.273)	11	-	-	-	-
CRI BSI Hestia	-	82.420	(82.420)	-	-	-	-	-
CCB Irthá	-	7.720	(7.720)	-	-	-	-	-
CCI Thá Realty	-	10.885	(10.885)	-	-	-	-	-
CCB Minasinvest	-	42.158	(42.158)	-	-	-	-	-
CCB Investminas	-	26.685	(26.685)	-	-	-	-	-
CCB Cebel	-	58.447	(58.447)	-	-	-	-	-
CCB Aloés	-	33.334	(33.334)	-	-	-	-	-
CCB New Energy	35.140	-	-	35.140	25.948	4.458	(4.458)	25.948
CRI Infracore Peugeot 1	31.482	-	-	31.482	28.637	-	-	28.637
CRI Infracore Peugeot 2	22.975	-	-	22.975	21.002	-	-	21.002
Total	213.035	529.442	(637.216)	105.262	134.708	4.458	(63.579)	75.587

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Os provisionamentos apresentados seguem os critérios estabelecidos na regulamentação aplicável, de forma que na sua constituição devem ser adotados os percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos conforme os prazos decorridos desde o primeiro evento de inadimplência.

No caso da provisão sobre a CCI Voges, foi registrada uma divergência positiva de R\$11mil no mês de dezembro, que foi corrigida em evento subsequente. Assim, no mês de janeiro de 2021 essa provisão voltará a ser de 100% do ativo.

6.3. AÇÕES

Atualmente, apesar de haver previsão regulamentar, a CELOS não detém carteira própria de ações, optando por realizar investimentos nesse segmento por meio de gestores externos. Os únicos papéis mantidos nessa conta se referem às posições na companhia Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, que são registradas pelo valor de mercado.

A CELOS faz parte do grupo de controle da companhia juntamente com o Estado de Santa Catarina, por meio do Acordo de Acionistas vigente. Segundo esse acordo, a CELOS tem direito a indicar um membro para compor o Conselho de Administração da Celesc.

Tabela 19 - Realizável dos Investimentos - Ações (R\$ mil)

	2020					2019				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Ações	13.351	79.859	241	-	93.450	10.888	65.131	196	-	76.216
Ações - Celesc ON	11.491	68.732	208	-	80.430	9.190	54.974	166	-	64.329
Ações - Celesc PN	1.860	11.127	33	-	13.020	1.698	10.157	31	-	11.886
Total	13.351	79.859	241	-	93.450	10.888	65.131	196	-	76.216

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

6.4. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020, a CELOS aplicava em Fundos de Investimentos, que são condomínios destinados a reunir recursos de um conjunto de investidores (cotistas) com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da aquisição de uma carteira formada por vários tipos de investimentos.

Tabela 20 - Realizável dos Investimentos - Carteira de Fundos de Investimentos (R\$ mil)

	2020					2019				
	Plano Transitário	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitário	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Fundo Referenciado	-	-	514	-	514	-	36.342	838	-	37.180
(b) Itaú Institucional DI	-	-	514	-	514	-	36.342	838	-	37.180
Fundo de Renda Fixa	3.525	33.747	14	11.850	49.136	31.635	47.547	15	14.860	94.056
(c) Institucional CP FIRF	114	1.002	14	2	1.132	122	1.076	15	2	1.215
(b) Santander	1.474	17.345	-	11.848	30.667	31.513	46.470	-	14.858	92.841
(b) Bradesco Premium DI	1.937	15.400	-	-	17.337	-	-	-	-	-
Fundo de Ações	40.679	272.731	1.062	-	314.472	33.927	253.957	847	-	288.731
(a) Claritas	7.884	66.314	1.062	-	75.260	7.501	63.086	472	-	71.059
(b) CM Capital Equity Hedge FIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(b) Sinergia V	5.871	36.258	-	-	42.129	5.572	54.546	375	-	60.493
(b) AZ Quest Mid FIC FIA	1.793	10.816	-	-	12.609	-	-	-	-	-
(b) Itaú Indexado	4.312	33.392	-	-	37.704	3.178	26.385	-	-	29.562
(b) AZ Quest Small	2.454	15.136	-	-	17.590	1.851	11.169	-	-	13.020
(b) APEX Ações	-	-	-	-	-	2.614	11.378	-	-	13.992
(b) Icatu Dividendos FIA	1.996	15.968	-	-	17.964	2.204	17.633	-	-	19.838
(b) Leblon Ações II FIC	3.581	24.424	-	-	28.005	3.243	18.363	-	-	21.606
(b) Moat Capital FIC FIA	4.766	28.808	-	-	33.574	2.654	18.781	-	-	21.435
(b) Navi Institucional FIA	1.953	4.558	-	-	6.511	1.890	4.409	-	-	6.298
(b) Constância FIA	4.260	24.375	-	-	28.635	2.000	15.999	-	-	17.999
(b) Navi Institucional FIC FIA	1.809	12.682	-	-	14.491	1.221	12.208	-	-	13.429
Multimercado	44.160	255.374	2.268	11.437	313.239	49.771	316.304	5	10	366.090
(a) CELOS Multimomento	977	4.319	-	-	5.296	4.592	16.472	-	-	21.064
(a) CELOS Multifuturo	-	-	-	-	-	-	13.803	-	-	13.803
(a) CELOS Recuperação	-	-	-	-	-	208	925	5	10	1.148
(b) Ibiuna FIC FIM	-	23.257	-	-	23.257	-	-	-	-	-
(b) Bradesco FIC FIM Macro	4.985	18.533	1.168	5.761	30.447	2.998	24.786	-	-	27.784
(b) Bahia AM Marau FIC FIM	-	-	-	-	-	3.053	3.575	-	-	6.628
(b) Bahia AM Marau Estruturado	-	-	-	-	-	-	20.830	-	-	20.830
(b) Claritas Institucional	4.854	17.925	1.100	5.676	29.555	3.032	24.918	-	-	27.950
(b) Claritas Long Short	3.071	24.293	-	-	27.364	2.711	14.539	-	-	17.250
(b) Kinea Chronos FIM	2.683	20.718	-	-	23.401	2.632	20.321	-	-	22.952
(b) Maua Institucional FIC FIM	4.836	16.796	-	-	21.632	3.011	24.090	-	-	27.101
(b) Occam Institucional FIC FIM II	3.118	17.163	-	-	20.281	-	-	-	-	-
(b) Sul America Evolution FIM	-	-	-	-	-	3.027	24.806	-	-	27.833
(b) SPX Nimitz Institucional	-	-	-	-	-	2.525	9.922	-	-	12.447
(b) Bradesco FIC FIM Alocação	3.088	24.510	-	-	27.598	2.987	23.709	-	-	26.696
(b) Absolute Alpha FIM	3.071	24.520	-	-	27.591	1.072	9.647	-	-	10.719
(b) Absolute Alocação Global FIC FII	-	-	-	-	-	1.936	14.372	-	-	16.308
(b) Oceana Long Bias FIC FIM	2.570	9.869	-	-	12.439	3.060	9.692	-	-	12.752
(b) Occam RETABSL FICFIM	2.839	16.210	-	-	19.049	2.832	24.232	-	-	27.064
(b) Tabela FIC FIM II	3.139	9.958	-	-	13.097	3.254	9.356	-	-	12.609
(b) AZ Quest Equites FIC FIM	1.037	9.337	-	-	10.374	1.063	9.571	-	-	10.634
(b) Occam Retorno Absoluto FIC FIM	864	8.392	-	-	9.256	2.611	7.717	-	-	10.328
(b) Navi LB FIC FIM	3.028	9.574	-	-	12.602	3.166	9.023	-	-	12.189
Investimento no Exterior	1.629	7.501	-	-	9.130	-	-	-	-	-
(b) Ishares SP 500 FIC FI	1.629	7.501	-	-	9.130	-	-	-	-	-
Empresas Emergentes	98	595	-	-	693	169	1.028	1	-	1.198
(c) Mercatto Alimentos	-	-	-	-	-	29	180	1	-	209
(c) FIP SC FIEE	98	595	-	-	693	140	849	-	-	989
Participações	28.919	182.000	588	-	211.507	25.336	159.461	515	-	185.312
(c) Global Equity Properties	(141)	(887)	(3)	-	(1.031)	(1.245)	(7.837)	(25)	-	(9.107)
(c) Investidores Institucionais	25	158	-	-	183	48	305	1	-	354
(c) Investidores Institucionais II	(15)	(95)	-	-	(110)	(22)	(138)	-	-	(160)
(c) Investidores Institucionais III	1.419	8.928	29	-	10.376	1.351	8.504	27	-	9.882
(c) Energia PCH	25.451	160.179	517	-	186.147	22.642	142.501	460	-	165.602
(c) Angra Infra	1.348	8.482	28	-	9.858	1.249	7.863	26	-	9.137
(c) Multiner FIP	(5)	(32)	-	-	(37)	(3)	(22)	-	-	(25)
(c) Rio Bravo Energia I	837	5.267	17	-	6.121	1.316	8.285	27	-	9.629
Fundo Imobiliário	2.851	23.559	58	-	26.468	2.674	16.832	55	-	19.560
(b) Fundo Hedge Top FOF II3	-	5.615	-	-	5.615	-	-	-	-	-
(c) FI Imobiliário JHSF	2.851	17.944	58	-	20.853	2.674	16.832	55	-	19.560
Total	121.861	775.507	4.504	23.287	925.160	143.512	831.471	2.275	14.869	992.128

(a) Fundo aberto/Exclusivo

(b) Fundo aberto/Não exclusivo

(c) Fundo fechado/Não exclusivo

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

As principais categorias dos Fundos de Investimentos são:

- **Fundo de Investimento Referenciado:** são fundos que investem ao menos 95% do patrimônio em ativos que acompanham um índice de referência como, por exemplo, o CDI;
- **Fundo de Investimento em Renda Fixa:** são os fundos que aplicam no mínimo 80% da carteira em ativos relacionados à variação da taxa de juros, índice de preços ou ambos como, por exemplo, títulos públicos, créditos e futuros;
- **Fundo de Investimento em Ações:** têm no mínimo 67% do patrimônio aplicado em ações, bônus de subscrição, certificados de depósito de ações, cota de fundos de ações e de índices e Brazilian Depositary Receipts – BDRs níveis II e III;
- **Fundo de Investimento Multimercado:** pode aplicar em vários tipos de ativos diferentes, sem predominância ou compromisso de alocação mínima. O regulamento geralmente é mais específico sobre a destinação de recursos, portanto, varia de caso a caso;
- **Investimento no Exterior:** fundos que representam uma carteira de ativos internacionais; no caso concreto, trata-se de um índice que reflete o desempenho do Standard & Poor's 500 - S&P500, composto por ativos cotados nas bolsas de NYSE ou NASDAQ;
- **Fundo de Investimento em Empresas Emergentes:** destina-se à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes, que são aquelas com faturamento anual abaixo dos R\$100 milhões;
- **Fundo de Investimento em Participações:** fundos que investem em empresas, listadas ou não em bolsa, e buscam participar ativamente da gestão da companhia. Importante destacar que a precificação desses fundos é de responsabilidade do administrador de cada um, amparado por laudos de avaliação produzidos por empresas independentes; e
- **Fundo de Investimento Imobiliário:** aplica os recursos em negócios com base imobiliária, como desenvolvimento de empreendimentos ou imóveis já prontos.

Os Fundos de Investimentos são selecionados de acordo com os critérios e alçadas de decisão estabelecidos na Política de Investimentos, conforme sua classificação e grau de risco.

No exercício de 2020, a CELOS encerrou três Fundos de Investimento Exclusivos, de classificação multimercado, com predominância do risco de crédito, quais sejam: CELOS Multimomento, CELOS Multifuturo e CELOS Recuperação. Os ativos que estavam nas carteiras desses Fundos foram recebidos nas carteiras dos Planos de Benefícios, conforme apresentado na nota 6.2., relativa aos ativos de Crédito Privado.

6.5. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A Carteira de Imóveis da CELOS, no ano de 2020, foi composta da seguinte forma:

Tabela 21 - Realizável dos Investimentos - Investimentos Imobiliários (R\$ mil)

	2020					2019				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Investimentos Imobiliários	-	93.047	-	-	93.047	-	103.505	-	-	103.505
Ed. Ilha do Atlântico	-	31.823	-	-	31.823	-	40.017	-	-	40.017
Ed. Premier Office Center	-	12.448	-	-	12.448	-	13.530	-	-	13.530
Ed. Célia Couto Dax	-	26.456	-	-	26.456	-	27.005	-	-	27.005
Ed. Com. Hantei Office Building	-	22.321	-	-	22.321	-	22.953	-	-	22.953
Total	-	93.047	-	-	93.047	-	103.505	-	-	103.505

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Os investimentos imobiliários devem ser contabilizados em: imóveis em construção; e aluguéis e renda, conforme estabelece a planificação contábil. No caso da CELOS, todos os imóveis já estão concluídos e são registrados como aluguéis e renda.

Em novembro de 2020 foi realizada a venda da sala 209 do edifício Premier Office Center.

Em 2020 foram realizadas reavaliações de ativos imobiliários por meio da empresa AMR Engenharia, inscrita no CNPJ 14.219.933/0001-89, tendo como avaliador técnico responsável o Sr. José Guilherme Aranha Moura – CREA/SC 045.029-6, ART 7.231.621-0.

Tabela 22 - Realizável dos Investimentos - Reavaliação dos Imóveis (R\$ mil)

Imóvel Reavaliado	Contas Contábeis	Data de Reavaliação	Data de Registro Contábil	Avaliador	Vida Útil (ano)	Valor Contábil antes da Reavaliação	Resultado da Reavaliação	Valor da Reavaliação
Edifício Célia Couto Daux - Av. Beira Mar - Florianópolis/SC	123604030101	dez/20	dez/20	AMR Engenharia	57	27.005	(549)	26.456
Edifício Premier Office Center - Salas 101 a 109, 201 a 209 e 18 vagas de garagens - Esquina da Rua Padre Roma com a Av. Rio Branco - Florianópolis/SC	123604030103	dez/20	dez/20	AMR Engenharia	53	13.530	(1.082)	12.448
Edifício Comercial Hantei Office Building - Salas 501 a 509, 601 a 609, 801 a 809, 901 a 909 e 36 vagas de garagens - Rua Emílio Blum - Florianópolis/SC	123604030102	dez/20	dez/20	AMR Engenharia	52	22.953	(632)	22.321
Edifício Ilha do Atlântico - 60 salas e 120 vagas de garagens - Rua Nereu Ramos - Florianópolis/SC	123604030104	dez/20	dez/20	AMR Engenharia	75	40.017	(8.194)	31.823
Total						103.505	(10.458)	93.047

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Relativo ao Edifício Ilha do Atlântico, o empreendimento foi entregue em 2019, sendo que foi realizado um acordo judicial para encerrar a negociação que existia com a Construtora Hantei, já que o objetivo dessa ação era a conclusão das obras.

No caso do Edifício Célia Couto Daux, houve decisão favorável à CELOS em primeira instância para o desfazimento do negócio e o respectivo ressarcimento dos valores pagos pela Fundação. Atualmente o processo se encontra em segunda instância e ainda não transitou em julgado.

Na constituição da Provisão para Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa – PCLD, referente à carteira de investimentos imobiliários, são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

Tabela 23 - Realizável dos Investimentos - Investimentos Imobiliários - PCLD (R\$ mil)

Prazo	%	2020	2019
> 360	100%	(26.278)	(17.777)
241-360	75%	-	-
121-240	50%	-	-
61-120	25%	-	-
Total		(26.278)	(17.777)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Estes provisionamentos se referem a valores de aluguéis em aberto de salas do Edifício Célia Couto Daux.

6.6. EMPRÉSTIMOS

A CELOS oferece empréstimos a seus Participantes, sendo considerado também como um ativo na carteira de investimentos. A composição da carteira de empréstimos aos Participantes, em 31 de dezembro em 2020, bem como valores de provisão por Plano, são os seguintes:

Tabela 24 - Realizável dos Investimentos - Empréstimos (R\$ mil)

	2020					2019				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Empréstimos e Financiamentos	9.234	69.005	-	-	78.239	11.140	75.961	-	-	87.101
Empréstimos Pessoal	9.290	68.929	-	-	78.218	11.218	75.604	-	-	86.821
A receber	48	2.698	-	-	2.746	45	2.991	-	-	3.036
(-) Provisão	(103)	(2.622)	-	-	(2.725)	(122)	(2.634)	-	-	(2.755)
Total	9.234	69.005	-	-	78.239	11.140	75.961	-	-	87.101

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Na constituição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD referentes à carteira de empréstimos são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

Tabela 25 - Realizável dos Investimentos - Empréstimos - PCLD (R\$ mil)

Prazo	%	2020			2019		
		Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
> 360	100%	(76)	(2.128)	(2.204)	(107)	(2.066)	(2.173)
241-360	75%	(7)	(53)	(60)	(3)	(283)	(287)
121-240	50%	(2)	(173)	(175)	(7)	(141)	(148)
61-120	25%	(18)	(268)	(286)	(4)	(143)	(147)
Total		(103)	(2.622)	(2.725)	(122)	(2.634)	(2.755)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

7. PERMANENTE

O Ativo Permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa – PGA, classificado como Imobilizado e Intangível.

7.1. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o imobilizado referente ao Operacional Corpóreo – Bens Móveis é composto da seguinte forma:

Tabela 26 - Permanente - Imobilizado - Bens Móveis (R\$ mil)

Bens Móveis	Taxa anual de depreciação (%)	2020			2019
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	464	(393)	71	85
Máquinas e Equipamentos	10%	1.672	(1.212)	460	448
Veículos	20%	91	(91)	-	6
Total		2.227	(1.696)	531	539

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Já o Operacional Corpóreo – Bens Imóveis, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresenta a seguinte composição:

Tabela 27 - Permanente - Imobilizado - Bens Imóveis (R\$ mil)

Bens Imóveis	Taxa anual de depreciação (%)	Data de Aquisição	2020			2019
			Custo + Reavaliação	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifício Alpha Centauri - Salas do 6º e 7º andar - Av. Hercílio Luz - Florianópolis/SC	2%	01.04.1976	7.112	-	7.112	8.069
Edifício Beira Mar Continental - Sala 104 - Rua Fulvio Aducci, 145 - Florianópolis/SC	2%	07.03.2012	287	-	287	300
Total			7.399	-	7.399	8.370

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

7.2. INTANGÍVEL

O Intangível se refere aos gastos com implantação, reorganização e desenvolvimento e, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, era composto da seguinte forma:

Tabela 28 - Permanente - Intangível (R\$ mil)

Intangível	2020			2019
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Software	1.421	(1.420)	1	6
Total	1.421	(1.420)	1	6

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

8. GESTÃO ASSISTENCIAL

Consta o ativo total dos Planos de Assistência à Saúde com registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Atualmente a CELOS possui os seguintes Planos Assistenciais:

- **Plano CELOS Saúde:** Segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia e Odontológico
- **Plano CELOS Saúde Agregados:** Segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia
- **Plano CELOS Saúde Agregados Odontológico:** Segmentação Odontológica

Vale destacar que os Planos Assistenciais devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, bem como proceder ao desdobramento analítico das contas relativas à Gestão Assistencial, de acordo com a planificação contábil estabelecida pela ANS.

Os atos e fatos administrativos da Gestão Assistencial são registrados em conformidade com o Plano de Contas instituído pela RN nº 435/2018, da ANS, e alterações posteriores. O patrimônio e mutações patrimoniais dos Planos Assistenciais apresentados no Balanço Patrimonial e na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social estão apresentados nas Demonstrações Financeiras Assistenciais.

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

9.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Os compromissos da Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são demonstrados a seguir:

Tabela 29 - Exigível Operacional da Gestão Previdencial (R\$ mil)

	2020				2019			
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Total
Benefícios a Pagar	264	5.111	-	5.375	399	4.930	-	5.329
Renda Continuada	16	833	-	849	114	539	-	654
Pagamento Único	248	4.279	-	4.526	285	4.391	-	4.676
Retenções a Recolher	374	1.093	-	1.466	285	1.266	-	1.551
Outras Exigibilidades	227	3.118	7	3.352	228	2.638	6	2.872
Total	865	9.322	7	10.194	911	8.834	6	9.752

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

No grupo contábil Benefícios a Pagar estão registrados os valores relativos aos benefícios de renda continuada (aposentadoria e pensão) do mês de dezembro de 2020, que serão quitados nos meses subsequentes, primordialmente no mês de janeiro de 2021, bem como os pagamentos de saques e resgates. Ressalta-se que nesta conta também estão registrados outros benefícios a pagar aos Participantes que não foram liquidados em 2020. O mesmo se aplica às Retenções a Recolher da folha de benefícios, saques e resgates de dezembro de 2020, que serão recolhidos ou repassados nos meses posteriores.

No grupo Outras Exigibilidades, incluído no exigível operacional da Gestão Previdencial, estão registradas:

Tabela 30 - Exigível Operacional da Gestão Previdencial - Outras Exigibilidades (R\$ mil)

	2020				2019			
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Total
Outras Exigibilidades	227	3.118	7	3.352	228	2.638	6	2.872
Depósito Judicial a destinar	32	1.553	-	1.585	32	1.261	-	1.294
CELOS Saúde	-	3	-	3	2	3	-	5
A pagar dos Planos	195	1.562	7	1.765	194	1.373	6	1.574
Total	227	3.118	7	3.352	228	2.638	6	2.872

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Os valores de Depósito Judicial a destinar se referem aos depósitos judiciais creditados em conta corrente da CELOS que serão destinados ao Plano de Benefício após identificação da origem do recurso.

9.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O exigível operacional da Gestão Administrativa apresenta os valores a pagar relacionados à pessoal e encargos, treinamentos, serviços de terceiros e despesas gerais. Este grupo também apresenta a movimentação das retenções e tributos a recolher e, por fim, outras exigibilidades, cuja composição em 31 de dezembro de 2020 é apresentada a seguir:

Tabela 31 - Exigível Operacional da Gestão Administrativa (R\$ mil)

	2020	2019
Contas a Pagar	1.356	1.501
Pessoal e Encargos	1.303	1.169
Serviços de Terceiros	31	261
Despesas Gerais	23	71
Retenções a Recolher	171	153
Tributos a Recolher	82	107
Outras Exigibilidades	60	146
Total	1.670	1.906

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Ressalta-se que foram gastos com Serviços de Terceiros em 2020 e 2019, os valores correspondentes:

Tabela 32 - Gastos com Serviço de Terceiros (R\$ mil)

	2020	2019
Serviços de Terceiros	2.643	2.216
Consultoria Atuarial	143	123
Consultoria Jurídica	599	602
Recursos Humanos	6	9
Informática	969	785
Gestão/Plan. Estratégico	26	58
Auditoria Contábil	210	52
Consultoria dos Investimentos	215	204
Outras	475	382
Total	2.643	2.216

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Já o grupo Outras Exigibilidades, incluído no exigível operacional da Gestão Administrativa, estão registradas:

Tabela 33 - Exigível Operacional da Gestão Administrativa - Outras Exigibilidades (R\$ mil)

	2020	2019
Outras Exigibilidades	60	146
Associações/Sindicatos	-	1
CELOS Saúde	13	77
A pagar dos Planos	30	38
Valor a devolver	1	4
A identificar	16	26
Total	60	146

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Ressalta-se que na rubrica CELOS Saúde registram-se os repasses de valores recebidos na instância previdenciária que, no entanto, são devidos à instância assistencial. De maneira geral, se referem aos descontos assistenciais realizados diretamente na folha (Participantes Ativos e Assistidos), devendo, portanto, ser realizado o repasse financeiro entre as instâncias. Já a rubrica A pagar dos Planos refere-se ao repasse de valores a pagar entre os Planos Previdenciários a título de reembolsos. A rubrica A identificar deve-se aos valores depositados nas contas bancárias da CELOS, mas que não foram identificadas sua origem.

9.3. INVESTIMENTOS

O exigível operacional dos Investimentos apresenta os valores a pagar relacionados às diversas modalidades de investimentos efetuadas pela CELOS, conforme apresentado no quadro a seguir:

Tabela 34 - Exigível Operacional dos Investimentos (R\$ mil)

	2020					2019				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Investimentos Imobiliários	-	3.136	-	-	3.136	-	2.544	-	-	2.544
Aluguéis e Renda	-	3.136	-	-	3.136	-	2.544	-	-	2.544
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	1	14	-	-	14
Empréstimos	-	-	-	-	-	1	14	-	-	14
Outras Exigibilidades	8	116	-	1	125	6	43	-	1	50
Total	8	3.252	-	1	3.261	8	2.601	-	1	2.609

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

A rubrica Aluguéis e Renda deve-se ao aforamento do Edifício Célia Couto Daux. Já o saldo de Outras Exigibilidades refere-se às despesas com taxa BOVESPA, CETIP, de Custódia e SELIC.

10. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

10.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

A CELOS classifica os riscos de perda em cada um dos pedidos contidos nos processos judiciais em que a Entidade é parte por faixa de risco. Ao final de 2020, os pedidos estavam classificados da seguinte forma:

Tabela 35 - Exigível Contingencial da Gestão Previdencial - Quantidade de Pedidos por Faixa de Risco

Faixa de Risco	2020			2019		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Provável	17	33	50	22	47	69
Possível	9	63	72	9	68	77
Remoto	62	161	223	104	141	245
Total	88	257	345	135	256	391

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

As Provisões para Contingências Passivas se referem aos processos de natureza cível e trabalhista, relacionados aos Planos de Benefícios nos quais a CELOS é parte no polo passivo e foram classificadas pela Assessoria Jurídica como risco de perda provável:

Tabela 36 - Exigível Contingencial da Gestão Previdencial - Risco Provável (R\$ mil)

	2020			2019		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Prováveis	8.785	16.105	24.890	13.878	19.173	33.051
Depósitos Judiciais	6.726	4.746	11.472	5.122	3.614	8.735
Depósitos Recursais	18	39	57	18	59	77
Total	15.529	20.890	36.419	19.017	22.845	41.863

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Em relação ao ano anterior, nos pedidos prováveis ocorreu uma redução de R\$8.160. Esta variação refere-se à entrada de 05 pedidos, no montante de R\$2.054; saída de 24 pedidos que correspondem ao montante de R\$17.402; revisões nos cálculos, com impacto de R\$4.611; e correções monetárias e juros acumulados no montante de R\$2.577.

Os pedidos classificados como prováveis se referem principalmente à revisão de benefícios, isenção de contribuição previdenciária e pensão por morte:

Tabela 37 - Exigível Contingencial da Gestão Previdencial - Quantidade de Objetos das Ações - Risco Provável

	2020			2019		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Objeto das Ações						
Revisão de Benefício (a)	12	8	20	16	16	32
Expurgos Inflacionários (b)	-	4	4	-	7	7
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	-	10	10	-	15	15
Pensão por Morte (d)	5	11	16	6	9	15
Total	17	33	50	22	47	69

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

As parcelas vencidas e vincendas dos pedidos das ações classificadas como prováveis resultam nos seguintes valores:

Tabela 38 - Exigível Contingencial da Gestão Previdencial - Parcelas Vencidas e Vincendas - Risco Provável (R\$ mil)

	2020			2019		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Objeto das Ações						
Revisão de Benefício (a)	6.103	4.213	10.316	11.408	9.456	20.864
Expurgos Inflacionários (b)	-	119	119	-	130	130
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	-	2.045	2.045	-	2.515	2.515
Pensão por Morte (d)	2.682	9.728	12.410	2.469	7.072	9.541
Total	8.785	16.105	24.890	13.877	19.173	33.050

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Já os valores referentes aos processos judiciais considerados possíveis somam R\$15.367 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$1.561 do Plano Transitório (R\$3.648 em 2019) e R\$13.806 do Plano Misto (R\$11.628 em 2019). De acordo com a CPC nº 25, estas informações devem ser divulgadas, porém não há obrigatoriedade de registro contábil da provisão. Os principais pedidos nessas ações são a revisão de benefícios, isenção de contribuição previdenciária e pensão por morte:

Tabela 39 - Exigível Contingencial da Gestão Previdencial - Parcelas Vencidas e Vincendas - Risco Possível (R\$ mil)

	2020			2019		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Objeto das Ações						
Revisão de Benefício (a)	1.375	4.512	5.887	1.535	4.620	6.155
Expurgos Inflacionários (b)	77	347	424	365	321	686
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	-	3.220	3.220	-	4.356	4.356
Pensão por Morte (d)	109	5.727	5.836	1.748	2.331	4.079
Total	1.561	13.806	15.367	3.648	11.628	15.276

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

No que se refere aos pedidos das ações judiciais, seguem esclarecimentos:

a) Revisão de Benefício: os autores requerem reflexos sobre seus benefícios previdenciários com base em teses que diferem das regras previdenciárias.

b) Expurgos Inflacionários: os autores/ex-Participantes buscam incidência de determinados índices relacionados aos planos econômicos sobre a reserva de poupança resgatada; ou no caso dos Participantes Ativos/Assistidos, o recálculo da reserva de poupança transferida do Plano Transitório para o Plano Misto de Benefícios, quando da migração.

c) Isenção da Contribuição Previdenciária: os autores buscam não pagar as contribuições previdenciárias ao longo da percepção do benefício da aposentadoria junto à CELOS, cuja contribuição visa completar a reserva matemática que lastreará o benefício da Pensão por Morte.

d) Pensão por Morte: os autores, não constantes no cadastro da CELOS como beneficiários do titular, pretendem o recebimento de Pensão por Morte em virtude do falecimento daquele.

10.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Exigível Contingencial da Gestão Administrativa se refere aos valores de PIS e COFINS depositados judicialmente no período de junho de 2006 a setembro de 2007, com julgamento final a favor da CELOS, mas ainda pendentes da homologação pela Receita Federal do Brasil - RFB. Vale destacar que foi impetrado também o mandado de segurança com pedido de liminar contra os recolhimentos realizados a partir de 2015 de PIS e COFINS, por meio do Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC, que transita na 4ª Vara Federal em Florianópolis. O objetivo é questionar a incidência de PIS e COFINS sobre receitas da atividade ou objeto principal da CELOS, tendo em vista que a Entidade não apura receita.

Vale ressaltar que a CELOS ingressou em ação ordinária com pedido de antecipação de tutela e de repetição de indébito (proc. 5019225-75.2015.404.7200) contra o recolhimento de contribuições incidentes sobre as remunerações pagas aos Empregados (SAT de 0,5%, Salário Educação de 2,5% e INCRA de 0,2%), cujos valores são mensalmente depositados em conta judicial.

Também estão contabilizados nesta rubrica os depósitos recursais de processos trabalhistas movidos contra a CELOS.

Tabela 40 - Exigível Contingencial da Gestão Administrativa (R\$ mil)

	2020	2019
Depósitos Judiciais	8.475	7.372
Depósitos de PIS e COFINS (2006/2007)	2.704	2.685
Depósitos de PIS e COFINS (2015/2019)	5.432	4.400
Depósitos de INSS	340	286
Depósitos Recursais	110	106
Depósitos de Processos Trabalhistas	110	106
Total	8.585	7.478

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

11.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Registra-se o valor necessário para pagamento dos benefícios concedidos e a conceder. É calculado atuarialmente pelo atuário externo, legalmente responsável pelos Planos Previdenciários, Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda. - ME, que assumiu em 10/06/2020, conforme Ato Deliberativo COD 23/2020.

Em 2020 e em 2019, as reservas matemáticas eram compostas da seguinte forma:

Tabela 41 - Provisões Matemáticas (R\$ mil)

	2020			2019		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Benefícios Concedidos	815.029	2.559.605	3.374.634	827.308	2.324.445	3.151.753
Contribuição Definida	-	79.473	79.473	-	17.772	17.772
Benefício Definido	815.029	2.480.132	3.295.161	827.308	2.306.673	3.133.981
Benefícios a Conceder	49	854.755	854.804	-	973.183	973.183
Contribuição Definida	2	765.359	765.361	-	857.628	857.628
Benefício Definido	41	78.096	78.138	-	114.142	114.142
Outras Contr. da Geração Atual (a)	5	11.300	11.305	-	1.412	1.412
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(283.714)	(444.905)	(728.619)	(283.363)	(462.460)	(745.823)
(-) Déficit Equacionado	(283.714)	(444.905)	(728.619)	(283.363)	(462.460)	(745.823)
Total	531.363	2.969.455	3.500.819	543.945	2.835.168	3.379.113

(a) Benefício de risco

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

O Plano Transitório necessita de R\$815.029 para pagar todos os benefícios futuros dos seus Assistidos, ressaltando que R\$283.714 serão constituídos pelos Planos de Equacionamento em vigor. Já o Plano Misto tem obrigações na ordem de R\$2.559.605, dos quais R\$444.905 serão custeados pelos Planos de Equacionamento em vigor.

a) Hipóteses Atuariais nas Reavaliações Atuariais

Plano Transitório – Na avaliação atuarial de 2020 foram utilizadas as seguintes hipóteses, as quais foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo por meio do Ato Deliberativo nº 48/2020, de 17 de dezembro de 2020.

Tabela 42 - Hipóteses Atuariais - Plano Transitório

Hipóteses Atuariais	2020	2019
Fator de Determinação	0,9790 ¹	0,9777 ²
Hipótese sobre Composição Familiar	N/A	N/A
Rotatividade	N/A	N/A
Indexador do Plano	IPCA	IPCA
Crescimento Real de Salários	N/A	N/A
Taxa Real Anual de Juros	4,90%	4,90%
Tábua de Entrada em Invalidez	N/A	N/A
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Male	AT-49 Male
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Male	AT-2000 Male

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2020

1: Considera uma inflação da ordem de 3,75% ao ano.

2: Considera uma inflação da ordem de 4,00% ao ano.

Plano Misto – Na avaliação atuarial de 2020 foram utilizadas as seguintes hipóteses, as quais foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo por meio do Ato Deliberativo nº 48/2020, de 17 de dezembro de 2020.

Tabela 43 - Hipóteses Atuariais - Plano Misto

Hipóteses Atuariais	2020	2019
Fator de Determinação	0,9790 ¹	0,9777 ²
Hipótese sobre Composição Familiar	*3	*3
Rotatividade	1,49%	JM Turnover - Misto 2018
Indexador do Plano	IPCA	IPCA
Crescimento Real de Salários	2,95%	2,95%
Taxa Real Anual de Juros	4,90%	4,90%
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	IAPB-57 Fraca
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Male	AT-49 Male
	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F
Tábua de Mortalidade Geral	Desagravada em 5%	Desagravada em 5%

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2020

1: Considera uma inflação da ordem de 3,75% ao ano.

2: Considera uma inflação da ordem de 4,00% ao ano.

3: Para Assistidos: Família Efetiva; para os Ativos: cônjuge do sexo feminino é 3,39 anos mais jovem que o participante titular; e o cônjuge do sexo masculino é 3,96 anos mais velho que a participante titular.

11.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Visando a sustentabilidade dos Planos Transitório e Misto, foram confrontados os respectivos bens e direitos com as obrigações, cujo resultado previdencial apurado no exercício social de 2020 e 2019 está apresentado no quadro a seguir:

Tabela 44 - Equilíbrio Técnico (R\$ mil)

	2020			2019		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Superávit Técnico Acumulado	-	-	-	-	-	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	(9.490)	(207.215)	(216.705)	(19.067)	(195.022)	(214.089)
Equilíbrio Técnico	(9.490)	(207.215)	(216.705)	(19.067)	(195.022)	(214.089)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

Em 31 de dezembro de 2020, a CELOS registrou déficit técnico acumulado no Plano Transitório de R\$9.490, e no Plano Misto de R\$207.2015, ou seja, as obrigações atuais e futuras destes Planos são superiores aos seus bens e direitos.

a) Situação Patrimonial dos Planos de Benefícios

Plano Transitório - apresentou déficit técnico acumulado de R\$1.164, em 31 de dezembro de 2020, correspondente a 0,22% das Provisões Matemáticas do Plano, já deduzido o valor de R\$8.325, referente ao ajuste da precificação.

Plano Misto - apresentou déficit técnico acumulado de R\$73.235, em 31 de dezembro de 2020, correspondente a 3,45% das Provisões Matemáticas do Plano, já deduzido o valor de R\$133.980, referente ao ajuste da precificação, considerando para apuração do percentual do déficit o valor de R\$844.832, referente ao saldo da Conta Individual de Aposentadoria – CIAP, conforme previsto no §1º do artigo 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.

Equacionamento do Déficit - no Plano Transitório, com a publicação da Resolução CNPC 30/2018, os Planos de Equacionamento dos Déficits de 2012, 2014 e 2017 foram unificados, de acordo com o Ato Deliberativo 41/2018, sendo amortizado pelo prazo equivalente à liquidação dos compromissos atuarias.

Quanto ao déficit técnico acumulado em dezembro de 2020, em decorrência da opção da CELOS em realizar o equacionamento do déficit do Plano Transitório pelo prazo equivalente à liquidação dos seus compromissos atuariais, em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, será necessário adicionar ao Plano de Equacionamento o montante de R\$1.164, cujo novo custeio deve ser apresentado ao Conselho Deliberativo até o final do 1º semestre de 2021, conforme estabelecido por este Conselho na Ata COD 29/2018.

Tabela 45 - Situação Patrimonial - Plano Transitório (R\$)

Situação Patrimonial	2020
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	521.873.771,84
Provisões Matemáticas (B)	531.363.413,30
Equilíbrio Técnico (C = A - B)	(9.489.641,46)
Ajuste de Precificação (D)	8.325.422,32
Déficit Ajustado (C + D)	(1.164.219,14)
Duração do Passivo (E)	6,52
Limite do Déficit [1% x (E - 4) x B]	13.390.303,25

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2020

No Plano Misto está em vigor dois Planos de Equacionamento após apuração dos déficits registrados em 2014 e 2016. Com base no Equilíbrio Técnico Ajustado, a situação financeiro-atuarial do Plano, em 31/12/2020, é deficitária em R\$73.235, correspondente a 3,45% das Provisões Matemáticas (parcela BD). Contudo, conforme legislação vigente, esse valor é inferior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$128.965, não sendo necessário um novo Plano de Equacionamento de Déficit.

Tabela 46 - Situação Patrimonial - Plano Misto (R\$)

Situação Patrimonial	2020
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	2.762.239.927,60
Provisões Matemáticas (B)	2.969.455.108,68
Saldo da CIAP (C)	844.831.860,60
Equilíbrio Técnico (D = A - B)	(207.215.181,08)
Ajuste de Precificação (E)	133.980.037,55
Déficit Ajustado (D + E)	(73.235.143,53)
Duração do Passivo (F)	10,07
Limite do Déficit [1% x (F - 4) x (B - C)]	128.964.631,16

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2020

Parte significativa dos déficits apresentados por ambos os Planos são decorrentes das adequações estruturais realizadas nos Planos, devidamente embasadas em estudos técnicos.

O resultado obtido pelo Plano Transitório é decorrente dos seguintes fatores:

Tabela 47 - Resultado - Plano Transitório (R\$)

Resultado	2020 (R\$)
Resultado Técnico Acumulado registrado ao final do exercício de 2019	(19.066.915,97)
Varição no Patrimônio de Cobertura	(3.004.111,19)
Varição nas Provisões Matemáticas	12.581.385,70
Alteração na base cadastral dos assistidos	13.360.950,36
Retorno à atividade de um aposentado inválido	(46.596,80)
Alteração da premissa referente ao Fator de Capacidade	(1.082.265,45)
Outros fatores não relacionados ao regime mutualista	349.297,59
Déficit Técnico Acumulado de 31/12/2020	(9.489.641,46)
Ajuste de Precificação em 31/12/2020	8.325.422,32
Déficit Técnico Acumulado (por Equilíbrio Técnico Ajustado) em 31/12/2020	(1.164.219,14)

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2020

O resultado obtido pelo Plano Misto é decorrente dos seguintes fatores:

Tabela 48 - Resultado - Plano Misto (R\$)

Resultado	2020 (R\$)
Resultado Técnico Acumulado registrado ao final do exercício de 2019	(195.021.899,66)
Varição no Patrimônio de Cobertura	122.094.024,51
Varição nas Provisões Matemáticas	(134.287.305,93)
Evolução da base cadastral	(123.904.033,99)
Alteração da premissa referente à Entrada em Invalidez	6.327.939,71
Alteração da premissa referente à Composição Familiar	(9.486.189,42)
Alteração da premissa referente à Rotatividade	1.483.916,64
Alteração da premissa referente ao Fator de Capacidade	(2.344.544,79)
Alteração da metodologia de apuração da alíquota de contribuição de risco V13	(16.710.817,81)
Alteração da metodologia de aplicação da premissa de crescimento salarial	1.251.308,77
Efeito conjunto das alterações	(3.917.673,67)
Outros fatores não relacionados ao regime mutualista	13.012.788,63
Déficit Técnico Acumulado de 31/12/2020	(207.215.181,08)
Ajuste de Precificação em 31/12/2020	133.980.037,55
Déficit Técnico Acumulado (por Equilíbrio Técnico Ajustado) em 31/12/2020	(73.235.143,53)

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2020

12. FUNDOS

12.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS

Os Fundos Previdenciais são compostos pelo saldo do Plano de Pecúlio e pelo saldo do Fundo Coletivo de Risco.

O Plano de Pecúlio é um Plano de Benefício Previdenciário patrocinado pela Celesc e pela CELOS para os seus Empregados, previsto em Acordo Coletivo de Trabalho firmado com os sindicatos representantes das respectivas categorias profissionais. Conforme dispõe o Regulamento, o Plano de Pecúlio oferece aos beneficiários designados pelo Participante, com base no cadastro da CELOS, os benefícios de Pecúlio por Morte Natural e Pecúlio por Morte Acidental. Ao Participante que vier a se aposentar por invalidez permanente, assim reconhecida pelo INSS ou equivalente, será pago 75% do valor do benefício de Pecúlio por Morte Natural, a título de adiantamento. Os 25% restantes serão pagos, após o seu falecimento, aos beneficiários designados pelo Participante.

O Plano de Pecúlio é custeado paritariamente pelos Participantes e pelas Patrocinadoras, mediante contribuição fixada anualmente pelo Conselho Deliberativo da CELOS, na forma prevista no Regulamento.

Já o Fundo Coletivo de Risco foi criado em razão dos novos ditames regulamentares inseridos na versão 14 do Regulamento do Plano Misto. Este Fundo tem a finalidade de prover recursos para a concessão de Pecúlio por Entrada em Invalidez e de Pecúlio por Morte do Participante Não Assistido, objetivando preservar a solvência em situação na qual as contribuições recebidas num determinado mês sejam inferiores aos recursos necessários para a concessão dos referidos benefícios.

Atuarialmente, estes Fundos são calculados pelo Atuário Externo legalmente responsável pelos Planos Previdenciários, Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda. - ME, que assumiu em 10/06/2020, conforme Ato Deliberativo COD 23/2020.

A composição em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Tabela 49 - Fundos Previdenciais (R\$ mil)

	2020	2019
Fundos Previdenciais	12.498	11.268
Pecúlio	12.218	11.140
Coletivo de Risco	280	128
Total	12.498	11.268

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

12.2. FUNDOS ADMINISTRATIVOS

O Fundo da Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração de empréstimos, taxa administrativa previdencial, taxa administrativa do Plano de Pecúlio, receitas diretas e despesas administrativas.

Cabe ressaltar que a participação do Plano Transitório no Fundo Administrativo é de R\$4.542 em 2020 (R\$4.857 em 2019), já do Plano Misto é de R\$37.354 em 2020 (R\$32.103 em 2019). O Plano de Pecúlio contribuiu em 2020 com R\$94, e em 2019 com R\$63. Ressalta-se que a participação de cada Plano no Fundo Administrativo é proporcional ao saldo dos recursos garantidores do referido Plano Previdenciário (ver **Nota Explicativa nº 3.9**).

12.3. FUNDO DOS INVESTIMENTOS

Na rubrica Fundo dos Investimentos está registrado o Fundo de Cota de Quitação – FCQ, que tem como objetivo a constituição de uma reserva financeira de garantia com finalidade única e exclusiva de realizar a quitação do saldo devedor de empréstimo contraído junto à CELOS, de responsabilidade do Participante Ativo ou Assistido, para o caso de seu falecimento. Este Fundo é capitalizado mensalmente pela instituição da cobrança de um Prêmio que o Participante paga à CELOS no momento da concessão do empréstimo. A taxa desse Prêmio é cobrada em parcela única, calculada atuarialmente, no momento da liberação do crédito. Vale observar que no caso de reforma do empréstimo será cobrado somente sobre o valor solicitado, deduzido o saldo devedor do empréstimo anterior.

A taxa destinada à fonte de custeio para cobertura do FCQ, como prêmio especificado no contrato mútuo, é fixada de acordo com a idade do Participante, prazo de amortização e valor concedido a título de empréstimo.

Ressalta-se que os recursos líquidos do respectivo Fundo serão aplicados de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos do Plano de Benefício que o Participante está inscrito, aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo. A apropriação dos rendimentos, decorrente da aplicação dos recursos líquidos do FCQ, será proporcional à sua participação no total dos investimentos ou à rentabilidade efetiva, se aplicada separadamente. Por fim, a movimentação dos recursos ocorrerá com o falecimento do Participante, liquidando-se o saldo devedor no final do mês em que ocorreu o óbito ou nos meses seguintes, após apresentação da certidão de óbito na CELOS.

A participação do Plano Transitório no FCQ é de R\$2.290 em 2020 (R\$2.129 em 2019), e do Plano Misto é de R\$16.108 em 2020 (R\$14.159 em 2019).

13. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A CELOS reconheceu o ajuste de precificação no exercício de 2020, de acordo com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, na Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (Misto e Transitório), o qual corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria mantida até o vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos. Tal ajuste está restrito aos títulos públicos federais, cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham o seu valor, ou nível previamente estabelecidos, cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles Planos de Contribuição Variável que adquirirem características de benefício definido na fase de concessão, como é o caso do Plano Misto de Benefícios, calculado por meio do Sistema Venturo, desenvolvido pela PREVIC para este fim.

Tabela 50 - Ajuste de Precificação (R\$ mil)

Plano	Título	Quantidade	Vencimento	Valor Contabil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Transitório	NTN-B	1.060	15/05/2021	3.813	3.648	(165)
Transitório	NTN-B	4.500	15/05/2023	16.149	15.812	(337)
Transitório	NTN-B	314	15/08/2024	1.135	1.141	6
Transitório	NTN-B	314	15/08/2024	3.687	3.706	19
Transitório	NTN-B	1.179	15/08/2030	4.101	4.459	358
Transitório	NTN-B	1.179	15/08/2030	96.608	105.051	8.443
Subtotal				125.492	133.817	8.325
Misto	NTN-B	10.000	15/05/2023	34.408	35.382	974
Misto	NTN-B	8.000	15/05/2023	27.550	28.306	756
Misto	NTN-B	13.000	15/05/2023	45.094	45.997	902
Misto	NTN-B	1.641	15/08/2024	5.692	6.003	311
Misto	NTN-B	24.480	15/08/2024	86.577	89.552	2.975
Misto	NTN-B	11.400	15/08/2024	40.265	41.703	1.438
Misto	NTN-B	5.065	15/08/2024	17.775	18.529	754
Misto	NTN-B	6.200	15/08/2026	21.864	23.022	1.157
Misto	NTN-B	6.154	15/08/2030	20.541	23.438	2.896
Misto	NTN-B	7.500	15/08/2030	25.990	28.564	2.574
Misto	NTN-B	10.000	15/08/2030	34.087	38.085	3.998
Misto	NTN-B	10.000	15/08/2030	34.653	38.085	3.432
Misto	NTN-B	8.000	15/08/2030	26.451	30.468	4.017
Misto	NTN-B	6.700	15/08/2030	22.034	25.517	3.483
Misto	NTN-B	7.900	15/08/2030	25.588	30.088	4.499
Misto	NTN-B	7.385	15/05/2035	23.784	28.460	4.676
Misto	NTN-B	3.549	15/05/2035	11.707	13.677	1.970
Misto	NTN-B	3.549	15/05/2035	11.707	13.677	1.970
Misto	NTN-B	2.950	15/05/2035	11.787	11.369	(418)
Misto	NTN-B	7.385	15/08/2040	23.508	29.396	5.888
Misto	NTN-B	4.923	15/05/2045	15.354	19.734	4.380
Misto	NTN-B	6.975	15/05/2045	21.754	27.960	6.206
Misto	NTN-B	4.066	15/08/2050	12.211	16.618	4.408
Misto	NTN-B	6.564	15/08/2050	22.912	26.828	3.916
Misto	NTN-B	10.011	15/08/2050	34.740	40.916	6.176
Misto	NTN-B	5.950	15/08/2050	22.159	24.318	2.159
Misto	NTN-B	3.950	15/08/2050	14.547	16.144	1.596
Misto	NTN-B	5.000	15/08/2050	18.037	20.435	2.399
Misto	NTN-B	3.100	15/08/2050	11.192	12.670	1.478
Misto	NTN-B	3.100	15/08/2050	11.042	12.670	1.628
Misto	NTN-B	3.100	15/08/2050	12.879	12.670	(209)
Misto	NTN-B	50	15/08/2050	186	204	18
Misto	NTN-C	4.064	01/04/2021	20.816	20.945	129
Misto	NTN-C	764	01/01/2031	5.459	6.138	680
Misto	NTN-C	4.764	01/01/2031	34.037	38.275	4.238
Misto	NTN-C	6.097	01/01/2031	43.561	48.985	5.424
Misto	NTN-C	36.933	01/01/2031	263.873	296.728	32.856
Misto	NTN-C	14.575	01/01/2031	110.352	117.099	6.747
Misto	NTN-C	1.684	01/01/2031	12.032	13.530	1.498
Subtotal				1.238.206	1.372.186	133.980
Total				1.363.698	1.506.003	142.305

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

14. CONTINGÊNCIAS ATIVAS

Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.180, de 04 de agosto de 2009, e Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente quando for provável a entrada do benefício econômico, apresentamos a seguir os ativos contingentes da CELOS, em 31 de dezembro de 2020.

Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23 de julho de 1986 pela União, com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A CELOS, juntamente com outras Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs, por força do artigo 7 do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989, pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, conforme artigo 10 da Lei nº 7.738, de 09 de março de 1989, acrescentado pela Lei nº 7.764, de 02 de maio de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei nº 8.177 de 04 de março de 1991, artigo 38, os saldos das OFNDs seriam reajustados pela Taxa Referencial – TR.

A CELOS é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP que objetiva o recálculo relacionado à atualização do valor das OFNDs e, consequentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC ao invés do Bônus do Tesouro Nacional - BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Em 29/11/2010, a ação transitou em julgado no STJ. O Governo Federal, por sua vez, editou a MP 517 em 30/12/2010, posteriormente convertida na Lei nº 12.431, de 24/06/2011, extinguindo o FND e transferindo à União os direitos, obrigações e ações judiciais em que este seja autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado.

Em 30/06/2011, a ABRAPP iniciou a fase de execução, que trazia anexa à petição a memória discriminada e atualizada do débito principal. No resumo dos cálculos o total apresentado foi o de R\$7.234.982.429,82. Porém, o juiz de 1º grau e o TRF 2ª Região decidiram que a execução coletiva promovida pela ABRAPP deveria ser proposta individualmente pelas Associadas, decisão esta que foi objeto de Recurso Especial. Diante da morosidade na resolução deste impasse (se ação coletiva ou individual) que dificulta o andamento da execução, foi decidido em Assembleia Geral na ABRAPP que seriam propostas ações de execuções de liquidação por artigo, figurando a ABRAPP como substituta processual de pequenos grupos.

A CELOS faz parte do grupo de Entidades constantes da ação de liquidação 0145862-08.2015.4.02.5101 que tramita na 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro, sendo o valor atribuído à CELOS, em 16/11/2015, na ordem de R\$15.841.480,13. Em 31/12/2020, embora a discussão de mérito do processo judicial tenha sido favorável à ABRAPP, inclusive transitado em julgado, estando em fase de execução, a CELOS não registrou contabilmente os valores a receber por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo pendente de julgamento, o que traz incerteza do valor a ser recebido e o prazo de seu efetivo recebimento. Tal procedimento, além de recomendado no item 48 do Guia de Melhores Práticas Contábil e de Auditoria da PREVIC, atende também ao Ofício nº 4.649/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, de 14 de outubro de 2011, da PREVIC, que não autorizou às Entidades o reconhecimento contábil do valor pleiteado.

15. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS tem adotado de forma permanente as melhores práticas de governança corporativa, nos moldes recomendados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A adoção dessas práticas resulta na elaboração e atualização permanente de normas, manuais, regimentos, procedimentos, instruções de trabalho e demais documentos que orientam a relação da CELOS com o seu público externo e interno. Além dos efeitos econômicos, financeiros e administrativos, os Dirigentes da CELOS entendem que a adoção das melhores práticas de governança corporativa contribui para a transparência e o fortalecimento do vínculo fiduciário com os seus Participantes e entidades representativas: Sindicatos e Associação dos Aposentados e Pensionistas – APCELESC, por exemplo, além das Patrocinadoras, que proporcionam aos seus Empregados os Benefícios Previdenciários e Assistenciais como política de motivação e retenção de pessoas, além de fator preponderante para cumprir a responsabilidade social das suas atribuições perante a Sociedade Catarinense.

Em 2020, a CELOS manteve a adesão ao Código de Autorregulação em Governança de Investimentos da ABRAPP, atualizou a sua Política de Investimentos e estrutura aos ditames da Resolução CMN nº 4661/2018, manteve a certificação na versão mais atualizada da ISO 9001/2015 para toda a Entidade, ampliou o conteúdo do Portal da Transparência, tornando-o de acesso público, como uma das medidas de adaptação as normas de transparências definidas na Resolução CNPC nº 32/2019. Além disso, deu continuidade às ações definidas no Plano Estratégico para o período 2019/2023, incluindo a aquisição de novo sistema de gestão (ERP), que tem o objetivo de aperfeiçoar a gestão com a eliminação de sistemas segregados, integração dos processos operacionais, aumento da produtividade, mitigação de riscos e direcionamento maior dos esforços para a gestão dos Planos.

Um dos aspectos relacionados à governança corporativa é a Gestão de Riscos, sendo este um processo que vem sendo aprimorado continuamente, estando cada vez mais incorporado à cultura da organização e serve como um dos vetores para a tomada de decisões táticas e estratégicas. Atualmente há Planos de Riscos para todas as áreas técnicas da Entidade, que são atualizados regularmente conforme procedimentos formalizados.

Por meio de um ambiente de controle, a Gestão de Riscos é sustentada por uma estrutura organizacional formalmente composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, assessorados por um conjunto de comitês e comissões internas, com atribuições e responsabilidades formalizadas e em conformidade com as principais normas em vigor, como a Resolução CMN 4661, de 25/05/2018, e a Resolução CGPC 13, de 01/10/2004. A política de controle interno está evidenciada nos Procedimentos Operacionais e Instruções de Trabalhos organizados no Sistema de Gestão da Qualidade, no Código de Conduta Ética e na Política de Segurança da Informação, conhecidos e disponíveis a todos os Empregados, Diretores e Conselheiros, nas atribuições de autoridade e responsabilidade dos Empregados e Gerentes, e na existência de uma área de controles internos e compliance responsável, junto às demais áreas, pela condução do processo de avaliação, monitoramento e controle dos riscos, pelas atividades de compliance de investimentos, controle de gestão da qualidade e jurídico interno. O gerenciamento de riscos também está presente na atualização regular dos Planos de Riscos em todas as áreas técnicas e no controle automatizado de todas as obrigações legais.

A Gestão de Riscos da CELOS é um processo contínuo e acompanhado por Empregados de todos os níveis da Fundação, e considera em sua tomada de decisão alguns conceitos e parâmetros como: impacto da volatilidade dos ativos (risco de mercado); riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes (risco de crédito); riscos decorrentes da negociação de ativos, convertendo-os em dinheiro (risco de liquidez); risco da não formação de reservas adequadas com os compromissos atuariais (risco atuarial); risco de falhas em processos (risco operacional); e riscos oriundos de ações judiciais (risco jurídico).

Há ainda a área de gestão estratégica que, dentre suas atribuições, conduz, monitora e controla processos relacionados à política de gestão de pessoas, que estabelece normas de recursos humanos e compromisso com o

desenvolvimento e a competência, evidenciados em Procedimentos Operacionais e Instruções de Trabalho formalizadas que tratam de treinamento, formação e capacitação profissional, além de monitorar obrigações legais relacionadas à habilitação/certificação e qualificação de Dirigentes e Conselheiros. Por fim, destaca-se a existência do PMO (Project Management Office), equipe responsável pelo gerenciamento de projetos estratégicos e táticos, padronizando os processos relativos ao gerenciamento e melhorando a eficiência dos mesmos, conforme prioridades e definições constantes no Plano Estratégico 2019/2023 da Entidade.

Ainda em 2020, em razão da entrada em vigor da Lei nº 13709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, a CELOS realizou um trabalho interno de adaptação às obrigações estabelecidas, criando canais de comunicação com o seu público, aprimorando os processos de controle e segurança dos dados pessoais dos quais é controlador, revisando os contratos com fornecedores que acessam dados pessoais e nomeando Encarregado como responsável pelo tratamento dos dados pessoais e interface com os titulares dos dados e os órgãos de fiscalização, supervisão e controle.

16. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (ELIMINAÇÕES/AJUSTES)

Em atendimento ao disposto nos itens 28 e 29, do Anexo A – Normas Complementares, da Instrução SPC nº 34/2009, as Demonstrações Financeiras devem ser apresentadas por Plano de Benefícios e consolidadas. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os Planos, Participação do Fundo Administrativo nos Planos Previdenciários, Superávit e Déficit Técnico, dentre outros.

A CELOS, ao efetuar a consolidação das Demonstrações Financeiras, de 31 de dezembro de 2020, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos na consolidação:

Tabela 51 - Consolidação das Demonstrações Financeiras (R\$ mil)

	2020					
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Assistencial	Eliminações
Disponível	23	297	14	177	-	-
Realizável	545.779	2.849.150	12.305	44.139	-	(42.684)
Gestão Previdencial	208.541	211.013	-	-	-	-
Gestão Administrativa	5.237	37.354	94	10.849	-	(42.684)
Contas a Receber	-	-	-	109	-	-
Participação Fundo Administrativo	5.237	37.354	94	-	-	(42.684)
Depósitos Judiciais	-	-	-	8.585	-	-
Tributos a Compensar	-	-	-	131	-	-
Outros Realizáveis	-	-	-	2.023	-	-
Investimentos	332.002	2.600.783	12.212	33.290	-	-
Permanente	-	-	-	7.931	-	-
Gestão Assistencial	-	-	-	-	117.704	-
Total do Ativo	545.802	2.849.447	12.319	52.247	117.704	(42.684)
Exigível Operacional	(873)	(12.575)	(7)	(1.671)	-	-
Gestão Previdencial	(865)	(9.322)	(7)	-	-	-
Gestão Administrativa	-	-	-	(1.670)	-	-
Investimento	(8)	(3.253)	-	(1)	-	-
Exigível Contingencial	(15.529)	(20.890)	-	(8.585)	-	-
Gestão Previdencial	(15.529)	(20.890)	-	-	-	-
Gestão Administrativa	-	-	-	(8.585)	-	-
Patrimônio Social	(529.400)	(2.815.982)	(12.312)	(41.991)	-	42.684
Patrimônio de Cobertura do Plano	(521.874)	(2.762.240)	-	-	-	-
Provisões Matemáticas	(531.363)	(2.969.455)	-	-	-	-
Equilíbrio Técnico	9.490	207.215	-	-	-	-
Fundos	(7.527)	(53.742)	(12.312)	(41.991)	-	42.684
Fundos Previdenciais	-	(280)	(12.218)	-	-	-
Fundos Administrativos	(5.237)	(37.354)	(94)	(41.991)	-	42.684
Fundos dos Investimentos	(2.290)	(16.108)	-	-	-	-
Gestão Assistencial	-	-	-	-	(117.704)	-
Total do Passivo	(545.802)	(2.849.447)	(12.319)	(52.247)	(117.704)	42.684

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

17. PARTES RELACIONADAS

Conforme CPC 05 – Partes Relacionadas, as transações com partes relacionadas e saldos existentes com outras entidades de grupo econômico devem ser divulgadas nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições compatíveis às praticadas com terceiros.

17.1. TRANSAÇÕES COM O PATROCINADOR

Em 31 de dezembro de 2020, a CELOS possuía ações da Celesc em sua carteira de investimentos (ver **Nota Explicativa 6.3**).

17.2. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Representa as operações de empréstimos concedidos aos Participantes de acordo com o Regulamento vigente, registradas pelo valor original acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Financeiras, líquidos de provisão para cobrir possíveis Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD (ver **Nota Explicativa 6.6**).

17.3. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS– PESSOAL CHAVE

Em conformidade com Estatuto Social, versão 6, vigente desde 17/09/2015, o quadro abaixo demonstra as remunerações/verba de representação pagas aos membros dos Órgãos Estatutários:

Tabela 52 - Remuneração dos Administradores e Conselheiros (R\$ mil)

	2020	2019
Remuneração Diretoria Executiva	1.023	840
Remuneração Conselho Deliberativo	273	160
Remuneração Conselho Fiscal	181	107
Total	1.477	1.107

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2020

18. COVID-19

O exercício 2020 foi marcado pelo aparecimento da Covid-19, rapidamente transformada em pandemia, resultando em decretos de calamidade pública federal e estaduais em março de 2020.

A CELOS, assim como as demais entidades, teve que reorganizar a sua forma de trabalho e os seus processos rapidamente com vistas a reduzir os impactos para os Empregados, Participantes Ativos e Assistidos, sempre alinhado com os Órgãos Estatutários internos e os órgãos de fiscalização, supervisão e controle.

Em abril de 2020 o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) divulgou comunicado informando que em virtude dos fortes impactos na economia causados pela pandemia do Covid-19, da elevada volatilidade do mercado financeiro e diante de demandas recebidas das entidades do segmento, estava realizando reuniões regulares para monitorar a situação do regime de previdência complementar e avaliar a necessidade de eventuais medidas que possam mitigar consequências indesejáveis para participantes e assistidos, patrocinadores e entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), bem como garantir o apropriado funcionamento do sistema e proteger a poupança previdenciária.

A atuação dos órgãos internos e externos teve como premissa a observância das condições de liquidez e equilíbrio dos planos, ao mesmo tempo em que permitiu medidas que tiveram como princípios norteadores, a excepcionalidade, a

facultatividade, a temporariedade, o auxílio aos participantes e aos patrocinadores, a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial dos planos e a transparência.

Na CELOS destacaram-se as seguintes medidas:

- Investimentos para a adoção do trabalho remoto para as áreas técnicas e para os membros dos Órgãos Estatutários;
- Ampliação dos serviços prestados remotamente aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários;
- Possibilidade de renegociação dos empréstimos aos Participantes Ativos e Assistidos;
- Suspensão temporária do contrato de dívida da Patrocinadora, com retomada em janeiro de 2021;
- Renegociação dos contratos de locação dos imóveis alocados na carteira de investimentos da CELOS;
- Revisão das Políticas de Investimentos.

A assertividade das medidas adotadas pela CELOS permitiu a continuidade dos negócios em ambiente adverso sem prejuízos aos interesses das partes interessadas na Entidade.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Previc publicou em 20 de agosto de 2020 a Instrução Previc nº 31/2020, que alterou a forma da política de registros relacionados a eventos ocorridos nos planos de benefícios e no plano de gestão administrativa a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações que possuem reflexos nas Demonstrações Financeiras da Entidade estão apresentadas a seguir.

19.1. REGISTRO DAS DESPESAS DIRETAS DOS INVESTIMENTOS

As despesas diretas de investimentos passaram ser contabilizadas como “Deduções/Variações Negativas” dos investimentos com o objetivo de padronizar os registros, evitando reconhecer despesas diretas dos investimentos no Plano de Gestão Administrativa. Foram abertas no plano de contas contábeis rubricas específicas para recepcionar tais despesas no grupo do fluxo dos investimentos:

- I. Custódia e controladoria das carteiras de investimentos;
- II. Taxa de administração de Investimentos na gestão terceirizada dos recursos;
- III. Tributos diretamente incidentes sobre os investimentos;
- IV. Serviços de avaliação e reavaliação dos investimentos;
- V. Taxas condominiais, seguros e manutenção dos imóveis; e
- VI. Gastos necessários para a recuperação dos investimentos.

19.2. PRAZOS E PERCENTUAIS PARA O REGISTRO DAS PROVISÕES PARA PERDAS INCORRIDAS

Foram alterados os prazos e percentuais para a constituição das perdas incorridas para os créditos de liquidação duvidosa vencidos e vincendos. Os prazos e percentuais utilizados a partir de janeiro de 2021 são os seguintes:

- I. provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- II. provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- III. provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- IV. provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- V. provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- VI. provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- VII. provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

19.3. TRANSFERÊNCIA DOS CONTRATOS DE DÍVIDAS COM CLÁUSULAS DE REAJUSTES ATUARIAIS PARA O ATIVO REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Contratos de dívida com patrocinadores, incluindo aqueles com cláusula de reajuste atuarial registrados como provisões matemáticas a constituir no patrimônio social, foram transferidos para o ativo realizável da gestão previdencial.

19.4. ATUALIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais registrados no patrimônio dos planos foram atualizados até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 a atualização dos depósitos judiciais ocorrerá somente por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da Entidade.

19.5. REGISTRO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas registradas no plano de gestão administrativa, que até 31 de dezembro de 2020 eram segregadas pela origem da administração (previdencial e de investimentos), e também em virtude das características aos planos administrados (comuns e específicas), passaram a ser registradas de forma consolidada, sendo suprimida a segregação nos balancetes contábeis entre as administrações previdencial e de investimentos, e também entre os Planos. Em virtude da apuração da participação dos planos previdenciais no fundo administrativo, a Entidade permanece controlando de forma gerencial as despesas comuns e específicas alocadas em cada Plano.

19.6. OUTRAS ALTERAÇÕES

A estrutura de plano contábil estabelecida pela Previc, com utilização a partir de 1º de janeiro de 2021, segregou alguns itens patrimoniais de mutações patrimoniais para demonstrar de forma clara e transparente as operações previdenciais e administrativas. A atualização do plano de contas contábil não altera os resultados dos planos administrados pela Entidade.

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Demonstrações Financeiras Previdenciárias - 2020_v2.pdf

Documento número #76f58eb6-473d-45c3-befe-5f8686c15cb8

Assinaturas

 Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Assinou

 Sabrina Ventura
Assinou

 Henri Machado Claudino
Assinou

 Paulo Cesar da Silveira
Assinou

Log

- 04 mar 2021, 11:26:01 Operador com email sabrina@celos.com.br na Conta d2e9002a-b2f9-4081-9c3a-76728b1ab359 criou este documento número 76f58eb6-473d-45c3-befe-5f8686c15cb8. Data limite para assinatura do documento: 03 de abril de 2021 (10:28). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 04 mar 2021, 11:26:15 Operador com email sabrina@celos.com.br na Conta d2e9002a-b2f9-4081-9c3a-76728b1ab359 adicionou à Lista de Assinatura: vanessaerr@celos.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Vanessa Evangelista Ramos Rothermel e CPF 908.823.699-20.
- 04 mar 2021, 11:26:33 Operador com email sabrina@celos.com.br na Conta d2e9002a-b2f9-4081-9c3a-76728b1ab359 adicionou à Lista de Assinatura: sabrina@celos.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Sabrina Ventura e CPF 070.535.319-29.
- 04 mar 2021, 11:26:46 Operador com email sabrina@celos.com.br na Conta d2e9002a-b2f9-4081-9c3a-76728b1ab359 adicionou à Lista de Assinatura: henri@celos.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Henri Machado Claudino e CPF 647.423.009-63.
- 04 mar 2021, 11:26:57 Operador com email sabrina@celos.com.br na Conta d2e9002a-b2f9-4081-9c3a-76728b1ab359 adicionou à Lista de Assinatura: pcs@celos.com.br, para assinar, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Paulo Cesar da Silveira e CPF 299.885.519-91.
- 04 mar 2021, 11:27:12 Operador com email sabrina@celos.com.br na Conta d2e9002a-b2f9-4081-9c3a-76728b1ab359 alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 05 de março de 2021 (23:59).

04 mar 2021, 11:28:14	Sabrina Ventura assinou. Pontos de autenticação: email sabrina@celos.com.br (via token). CPF informado: 070.535.319-29. IP: 189.42.18.2. Componente de assinatura versão 1.99.2 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
04 mar 2021, 11:46:20	Paulo Cesar da Silveira assinou. Pontos de autenticação: email pcs@celos.com.br (via token). CPF informado: 299.885.519-91. IP: 189.42.18.2. Componente de assinatura versão 1.99.2 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
04 mar 2021, 13:09:01	Henri Machado Claudino assinou. Pontos de autenticação: email henri@celos.com.br (via token). CPF informado: 647.423.009-63. IP: 179.129.50.1. Componente de assinatura versão 1.99.2 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
04 mar 2021, 14:36:05	Vanessa Evangelista Ramos Rothermel assinou. Pontos de autenticação: email vanessaerr@celos.com.br (via token). CPF informado: 908.823.699-20. IP: 189.42.18.2. Componente de assinatura versão 1.99.2 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
04 mar 2021, 14:36:05	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 76f58eb6-473d-45c3-befe-5f8686c15cb8.

Hash do documento original (SHA256): c304e08c6ab9e3e66dc051fc12c5956fb451fff7878269df7ba1341cc775361e

Este Log é exclusivo ao, e deve ser considerado parte do, documento número 76f58eb6-473d-45c3-befe-5f8686c15cb8, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign disponível em www.clicksign.com.

**FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE
SOCIAL - CELOS**

Florianópolis - SC

**(Demonstrações Contábeis do Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2020)**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Administradores da

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS

Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL – CELOS**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2020, e o desempenho consolidado e por planos de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falhas intencionais;
- b. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- d. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2021.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 4.552/O-5 S/SC

RICARDO LUIZ MARTINS
CRC-RS Nº 36.460/O-8 T/PR S/SC